

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade

**A IMAGEM DA MULHER TRABALHADORA RETRATADA PELA
ARTE COMPARADA COM O MODELO DE TRABALHO FEMININO
APREGOADO PELO MOVIMENTO DE HIGIENE MENTAL**

DÉBORA KELLY HERCULANO MACHADO GARCIA

MARINGÁ
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade

**A IMAGEM DA MULHER TRABALHADORA RETRATADA PELA ARTE
COMPARADA COM O MODELO DE TRABALHO FEMININO APREGOADO
PELO MOVIMENTO DE HIGIENE MENTAL**

Dissertação apresentada por DÉBORA KELLY HERCULANO MACHADO GARCIA, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a.: MARIA LUCIA BOARINI

MARINGÁ
2011

DÉBORA KELLY HERCULANO MACHADO GARCIA

**A IMAGEM DA MULHER TRABALHADORA RETRATADA PELA
ARTE COMPARADA COM O MODELO DE TRABALHO FEMININO
APREGOADO PELO MOVIMENTO DE HIGIENE MENTAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Boarini – UEM

Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto – UFRN

Prof^a. Dr^a. Sonia Mari Shima Barroco – UEM

A você Alan, meu amor, e ao Ian, nosso amor.

AGRADECIMENTOS

À Maria Lucia Boarini, por me orientar e conduzir pacientemente nesta pesquisa. Por nunca trazer respostas prontas, sempre despertando novos questionamentos, estranhamentos e inquietudes. Por seu bom senso, dinamismo, bom humor e, especialmente por sua paixão pelo que faz. É extremamente gratificante tê-la como orientadora. Toda a minha admiração a quem, desde os tempos da graduação, tornou-se referência para mim.

Ao meu esposo Alan, por estar ao meu lado todo tempo, por tudo que compartilhamos.

Ao Ian, meu filho amado, por colorir e iluminar a minha vida.

A todos os meus familiares, em especial minha mãe Célia, Dorival, Luciana, Rafael, João, Angélica e Binho.

À minha prima Katty, por ter viajado comigo ao Rio de Janeiro em busca de material para esta pesquisa e por estar presente nos momentos mais importantes de minha vida.

À Luzia, por me ajudar a cuidar do Ian com tanto carinho e amor.

A todos os meus amigos, por serem fundamentais em minha vida.

Ao Paulo José da Costa, por me ajudar a crescer.

Aos professores Oswaldo Hajime Yamamoto e Sonia Mari Shima Barroco, membros da Banca Examinadora, pelas significativas contribuições acrescidas a este estudo.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEM, em especial à Carina, por compartilharmos ansiedades, angústias e alegrias nesta trajetória.

A todos da equipe da Secretaria da Mulher e do Centro de Referência e Atendimento à Mulher da Prefeitura Municipal de Maringá, por serem compreensivos com as minhas ausências.

Às minhas pacientes, usuárias do Centro de Referência e Atendimento à Mulher de Maringá, por confiarem suas histórias de vida, relatando suas dificuldades enquanto mulheres, esposas, mães, donas de casa e trabalhadoras.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é comparar o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental com a imagem da mulher trabalhadora expressada pelas pinturas artísticas produzidas no Brasil ou por pintores brasileiros na primeira metade do século XX. Numa conjuntura de redefinição da sociedade, regulada pela nova ordem social, pautada no trabalho assalariado, analisa-se como o trabalho feminino foi evidenciado pelo discurso do movimento de higiene mental e pelas pinturas artísticas. Esta pesquisa orienta-se, metodologicamente, numa concepção histórica, que concebe o homem como ser social e, portanto, toda produção humana como dependente do modo de vida material e das relações sociais. Analisam-se documentos produzidos na primeira metade do século XX, tendo como fonte primária e principal: os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), periódicos publicados pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), bem como outros documentos produzidos por médicos higienistas na época e as pinturas artísticas que retrataram a mulher e o trabalho feminino, realizadas no Brasil ou por pintores brasileiros no mesmo período. Visando refletir sobre o trabalho feminino, são confrontados documentos produzidos pelos higienistas com pinturas artísticas da época, de modo a compreender as convergências e divergências entre as telas dos pintores brasileiros e o ideário da higiene mental. Ao optar por estabelecer um diálogo sobre o trabalho feminino entre a corrente médico-higienista que priorizava a higiene mental e as pinturas artísticas, parte-se do pressuposto de que é possível, por meio da arte, aproximar-se de fatos, características e problemas da época. Foi possível discorrer sobre o ideário da higiene mental em sintonia com o testemunho da arte. São apresentadas telas que, certamente, ilustram e exemplificam o modelo de trabalho feminino prescrito pelos higienistas, o qual, em geral, deveria se restringir aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos. No entanto, apresentamos ainda pinturas artísticas que retratam o trabalho feminino realizado fora do lar, nas fábricas, na agricultura, como vendedoras, prostitutas, empregadas domésticas, entre outros. Estas imagens servem de contraponto, por testemunharem não somente a participação feminina no trabalho, assim como as reais e difíceis condições de vida de grande parte da população, que impossibilitavam muitas mulheres, sobretudo aquelas de extração social de baixo poder aquisitivo, seguir os preceitos higienistas e valores ditados em relação ao papel da mulher na sociedade. É importante ressaltar que tais preceitos foram direcionados a todas as mulheres, independente de classe social, e por esta razão, muitas vezes, o ideário da higiene mental foi omissivo a respeito das difíceis condições de vida do povo brasileiro da época, que, no entanto, não passaram despercebidas de alguns pintores. A arte, enquanto modo de expressão e produção do homem que traz as marcas de seu tempo, neste estudo, apresenta sinais e evidências de que a mulher idealizada pelos higienistas era um privilégio de classe. A mulher “rainha do lar” distinguia-se da mulher “trabalhadora”, em decorrência do modo como a sociedade estava e está organizada e, portanto, das desiguais condições sociais de vida da população.

Palavras-chaves: Trabalho feminino. Higiene mental. Pinturas artísticas.

ABSTRACT

The objective of this study is to compare the model of female labor advocated by the movement of mental hygiene with the image of working women expressed through artistic paintings produced by painters in Brazil or Brazilians in the first half of the twentieth century. In an overall redefinition of society, governed by the new social order based on wage labor, we consider how women's work was evidenced by the discourse of mental hygiene movement and the artistic paintings. This research is oriented, methodologically, a historical conception, which conceives of man as a social and therefore all human production as a way of life dependent on the material and social relations. It analyzes documents produced in the first half of the twentieth century, with the source and primary key: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), journals published by the Brazilian League for Mental Hygiene (Mental, LBHM) and other documents produced by medical hygienists in season and artistic paintings which portray women and women's work, done in Brazil or Brazilian painters in the same period. Aiming to reflect on the work women are confronted with documents produced by hygienists artistic paintings of the time, in order to understand the similarities and differences between the screens of Brazilian artists and the idea of mental hygiene. By opting for a dialogue on women's work between the current medical-hygienist prioritizing mental hygiene and artistic paintings, it starts from the assumption that it is possible, through art, closer to the facts, characteristics and problems the time. It was possible to discuss the ideas of mental hygiene in line with the testimony of art. Screens that are presented, indeed, illustrate and exemplify the model of female labor prescribed by the hygienists, which in general should be restricted to domestic chores and child care. However, still present artistic paintings depicting the female work done outside the home, in factories, in agriculture, as street vendors, prostitutes, maids, among others. These images serve as a counterpoint, by witnessing not only the female labor participation, as well as real and difficult living conditions of large population make it impossible to many women, especially those of social background of low purchasing power, following the precepts hygienists Sayings and values regarding the role of women in society. Importantly, these precepts were directed to all women, regardless of social class, and for this reason, many times, the ideas of mental hygiene was silent about the difficult living conditions of the Brazilian people of the time, which, however have not gone unnoticed for some painters. The art, as a mode of expression and production of the man who bears the marks of its time, this study may have signs and evidence that the idealized woman of hygienists was a class privilege. The woman "queen of the home" was distinguished woman "working" as a result of how society was and still is organized and therefore of unequal social conditions of life.

Keywords: Women working. Mental Hygiene. Artistic paintings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 “A MULHER FOI FEITA PARA CEDER AO HOMEM” E AO TRABALHO.....	20
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO E DA SUBORDINAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA.....	20
1.1.1 ACERCA DO TRABALHO.....	20
1.1.2 ACERCA DA SUBORDINAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA.....	21
1.2 A MULHER BRASILEIRA NA ATUALIDADE.....	23
1.3 O TRABALHO FEMININO COMO OBJETO DE ESTUDO.....	25
1.4 ALGUNS CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS.....	27
2 DAS TELAS À TEIAS SOCIAIS.....	29
2.1 OS ARQUIVOS BRASILEIROS DE HIGIENE MENTAL.....	30
2.2 O ESTUDO ICONOGRÁFICO.....	32
2.3 DAS OBRAS ESCOLHIDAS.....	35
2.4 DESCRIÇÃO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3 A MULHER “HIGIENIZADA” E A MULHER TRABALHADORA.....	39
3.1 A MATERNIDADE EXALTADA.....	39
3.2 A MORTALIDADE INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO.....	45
3.3 A GESTAÇÃO DE UMA RAÇA.....	54
3.4 A FAMÍLIA: “O ALTAR ONDE IMPERA A MULHER”.....	58
3.5 O TRABALHO FEMININO NAS FÁBRICAS.....	60
3.6 O TRABALHO FEMININO NO CAMPO E NA AGRICULTURA.....	65
3.7 A MULHER: “EDUCADA E EDUCADORA”.....	71
3.8 A PROSTITUIÇÃO OU “CHAGA” SOCIAL.....	76
4 ENTRE A ARTE E O IDEÁRIO DA HIGIENE MENTAL.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
REFERÊNCIAS DAS FIGURAS.....	94
GLOSSÁRIO.....	99

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Sem título - Cena de Família de Adolfo Augusto Pinto (José Ferraz de Almeida Junior, 1891).	12
Figura 2. Pátria (Pedro Bruno, 1919).	14
Figura 3. Maternidade (Eliseu D'Angelo Visconti, 1906).	38
Figura 4. Maternidade (Emiliano Di Cavalcanti, década de 1920).	39
Figura 5. Morro Vermelho (Lasar Segall, 1926).	40
Figura 6. Maternidade (Lasar Segall, 1931).	40
Figura 7. Mãe Negra (Lasar Segall, 1930).	41
Figura 8. Jovem Mãe (Yolanda Mohalyi, 1943).	41
Figura 9. Mãe Preta (Lucílio de Albuquerque, 1912).	46
Figura 10. A Negra (Tarsila do Amaral, 1923).	46
Figura 11. Maternidade (Eliseu Visconti, 1905).	49
Figura 12. Maternidade (Lasar Segall, 1922).	50
Figura 13. Maternidade (Lasar Segall, 1936).	51
Figura 14. Maternidade (Emiliano Di Cavalcanti, 1937).	51
Figura 15. Maternidade (Tarsila do Amaral, 1938).	52
Figura 16. Mãe Preta. (Candido Portinari, 1940).	52
Figura 17. Maternidade (Carlos Prado, 1946).	53
Figura 18. Acadêmico Fernando de Magalhães em aula prática de obstetrícia (Roberto Fantuzzi, 1931).	53
Figura 19. Retirante Grávida (Candido Portinari, 1945).	57
Figura 20. Operários (Tarsila do Amaral, 1933).	59
Figura 21. Operário (Candido Portinari, 1934).	60
Figura 22. Mulheres protestando (Emiliano Di Cavalcanti, 1941).	63
Figura 23: Café (Candido Portinari, 1935).	65
Figura 24. Criança Morta (Candido Portinari, 1944).	65
Figura 25. Colonos carregando café (Candido Portinari, 1935).	66
Figura 26. Fumo (Candido Portinari, 1938).	66
Figura 27 Algodão (Candido Portinari, 1938).	67
Figura 28. Gado (Candido Portinari, 1938).	67
Figura 29. Cacau (Candido Portinari, 1938).	67

Figura 30. Café (Candido Portinari, 1938).....	67
Figura 31. Café-colheita (Quirino Campofiorito, 1930).	68
Figura 32. A Camponesa (Quirino Campofiorito, 1944).....	68
Figura 33. Florada de Café (Antonio Ferrigno, 1903).	69
Figura 34. Mulher carregando lenha (Candido Portinari, 1945).	69
Figura 35. Turma de Formandas do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Uberlândia – MG, 1937.	71
Figura 36. Alunas da Escola com parte da bandeira bordada por elas em 1909.	72
Figura 37. Limpando Metais (Armando Vianna, 1923).	73
Figura 38. Lavadeiras (Candido Portinari, 1937).....	73
Figura 39. A Lavadeira (Anita Malfatti, 1920).....	74
Figura 40. Lavadeiras (Francisco Rebolo, 1937).	74
Figura 41. Bordel (Emiliano Di Cavalcanti, década de 30).	77
Figura 42. Mangue (Di Cavalcanti, 1929).....	77
Figura 43. Grupo de Mangue na Escada (Lasar Segall, 1928).....	78
Figura 44. Interior no Mangue (Lasar Segall, 1949).....	78

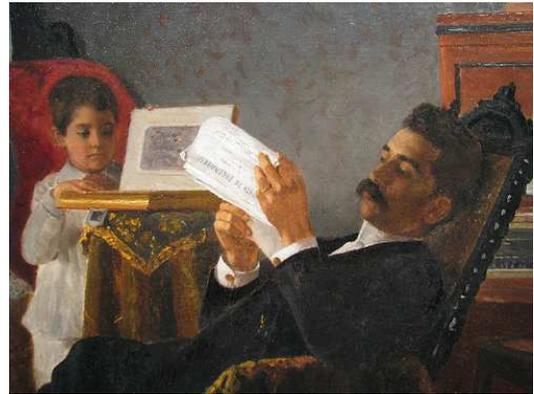


Figura 1. Sem título - Cena de Família de Adolfo Augusto Pinto (José Ferraz de Almeida Junior, 1891).



A mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia de sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções (Veríssimo, 1985, p. 122).

INTRODUÇÃO



Figura 2. Pátria (Pedro Bruno, 1919).

O objetivo do presente estudo é comparar o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental com a imagem da mulher trabalhadora expressada pelas pinturas artísticas produzidas no Brasil ou por pintores brasileiros na primeira metade do século XX.

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPI – da Universidade Estadual de Maringá, área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, bem como aos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenismo – GEPHE, cujo objetivo é “[...] pesquisar o ideário da higiene mental e da eugenia, presença significativa no início do século XX, no Brasil, e seus desdobramentos nas instituições brasileiras, sobretudo no campo da Saúde e da Educação. (GEPHE, 2000).

O movimento de higiene mental foi difundido pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada e reconhecida, em 1923, pelo Governo Federal como órgão de utilidade pública. Os principais objetivos da Liga Brasileira de Higiene Mental eram prevenir e tratar as “doenças nervosas e mentais” e realizar um programa de “[...] Higiene Mental e Eugénica no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social” (Caldas, 1930, p. 71). Esta instituição foi dirigida por médicos psiquiatras e composta por profissionais de diversas áreas, como educadores, juristas, jornalistas, entre outros.

Envolvidos pelo espírito de patriotismo e pelos interesses de redefinição e modernização do país, característicos da época, os integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental, como parte da elite intelectual brasileira, direcionaram seus trabalhos visando redefinir a sociedade brasileira, transformando-a em uma grande nação a exemplo das nações europeias. Almejando um novo modelo de homem, saudável física e mentalmente, educado e adequado ao modo de vida da sociedade burguesa, foram elaboradas propostas higienistas direcionadas à mulher.

A tela, intitulada *Pátria* (Figura 2), pode nos auxiliar na compreensão da identidade feminina que estava sendo gestada na primeira metade do século XX no Brasil. Esta imagem nos sugere um compromisso da mulher com a pátria e com o futuro da nação. Dentro de um espaço doméstico, amamentando, cuidando e vigiando os filhos, a mulher alinhava-se à bandeira cujo lema era a ordem e o progresso.

Neste sentido, o movimento médico higienista, que priorizava a higiene mental, também compartilhou com as ideias e ações para a redefinição do papel feminino e para a formação de uma nova concepção de feminilidade, exaltando a mulher como “rainha do lar” e “mãe extremosa”. Nas palavras do médico higienista Moncorvo Filho (1871 – 1944), “a mãe pode julgar-se afortunada por ter aconchegado o filho ao colo e cobri-lo de carícias, mas a sua grande ventura aparecerá quando o próprio filho for útil aos ideais da humanidade e da nação” (1925, p. 6).

No ideário da higiene mental, as principais funções da mulher deveriam estar relacionadas aos cuidados com os filhos e com as atividades do lar. Para formar um novo homem, despido dos traços da sociedade colonial, ou seja, um homem burguês, necessitava-se formar uma nova mulher também. A mulher foi incumbida de cuidar, educar e zelar por este homem. Este papel foi idealizado de acordo com as necessidades sociais da época, visto que se almejava o progresso de uma sociedade que diferia dos moldes europeus e, em geral, era retratada pela miséria, doença, más condições de vida e altos índices de mortalidade:

[...] as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos (Sevcenko, 1998, p. 27).

Com a industrialização e o comércio em desenvolvimento, as cidades cresciam sem estrutura para abarcar o grande contingente de pessoas. Imigrantes, escravos libertos avolumavam-se nas cidades em busca de moradia e trabalho. “A pressão populacional e as exigências higiênicas da nova camada urbana aceleraram as necessidades de mudança. A medicina passou a ser solicitada mais insistentemente” (Costa, 2004, p. 29).

No entanto, as preocupações não se restringiam aos problemas de saneamento e saúde física. Os propósitos higienistas, particularmente dos membros da Liga Brasileira de Hygiene Mental, eram bem mais amplos, e isto implicava higienizar não somente o corpo, mas a mente e a moral. As propostas de higienização, originadas pela necessidade de higiene dos corpos e dos espaços públicos, da mente e da moral, passaram a ser direcionadas aos lares e às relações familiares.

“Ao homem se reservava a esfera pública, e à mulher o mundo privado” (Matos, 2003, p. 122). A cada membro da família, idealizada numa composição triangular (pai, mãe e filhos), foram traçados normas e padrões de comportamento. A família, na perspectiva higienista, deveria se estruturar com os papéis sociais do homem e da mulher bem delimitados. Como já citamos anteriormente, as principais funções da mulher relacionavam-se aos cuidados com os filhos e com as atividades domésticas. O homem estaria livre dessas preocupações para contribuir com seu trabalho no mercado e prover a família financeiramente.

No entanto, esclarece Rago (2004), a tentativa de redefinir o lugar das mulheres na sociedade foi justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização requisitaram a participação das mulheres no trabalho. O modelo de família idealizado pelos higienistas da Liga Brasileira de Hygiene Mental contrastava com a forma de vida de grande parte da população brasileira. Fonseca (2004) informa que, com a industrialização, as mulheres e as crianças chegaram a representar mais da metade da força de trabalho em certas indústrias. Para a autora:

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguido e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava a sofrer o pejo da “mulher pública” (p. 516).

O “pejo da mulher pública” era, além da luta pela sobrevivência, mais uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras. A mulher que trabalhava fora do ambiente doméstico sofria pressões e acusações quanto ao seu papel de mulher, mãe e esposa. Ser pobre e trabalhar por necessidade nem sempre foram fatores considerados. Como aponta Rago (1985), “[...] quanto mais ela escapa da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (p. 63). Destacamos a difusão desta ideia por meio de uma revista feminina da época: “A maternidade, o cuidado e carinhos com sua prole, são os primeiros deveres da mulher [...]. E a mulher que não for boa mãe, deixa, por isso mesmo, de ser mulher” (M. M. de L. Freire, 2006, p. 136).

Descumprindo os preceitos e valores morais e descaracterizando a família dos moldes idealizados na época, a mulher trabalhava, por necessidade de sobrevivência própria e dos filhos, em vários setores:

Muitas estavam no campo, trabalhando nas plantações e colheitas, em fazendas e em outros tipos de propriedade rural. Nas cidades, elas trabalhavam também no interior das casas – como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas – em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos ou, ainda, circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas (Rago, 2004, p. 603).

É necessário lembrar que muitas famílias não contavam com a figura masculina que garantia o sustento da casa, em outras, o salário do marido, com frequência, não era suficiente para sustentar toda a família (Fonseca, 2004). Por esta razão, os prescritos higienistas em relação ao papel da mulher na família e na sociedade – ou seja, à mulher idealizada como “rainha do lar” – pareciam mais viáveis às mulheres que não necessitavam do trabalho fora do lar como meio de sobrevivência. Assim, a imagem da mulher voltada ao lar e à maternidade mascarou a realidade da mulher pobre e trabalhadora. Como afirma Rago (1995/1996): “Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado” (p. 15).

Sob esta perspectiva, não podemos perder de vista que, sob a égide do capitalismo, o processo de produção material da vida social vai gerando a contradição entre acumulação de riqueza e exclusão social. Isto significa que a desigualdade social não é uma questão de

gênero, mas de classes sociais, independente de quem a compõe se homens, mulheres ou crianças.

Neste jogo de forças, generalizou-se o “dever da mulher” sem considerar a sua possibilidade enquanto classe social. Tal como descreve Veríssimo, citado anteriormente (p.11), na obra intitulada *A Educação Nacional*, escrita em 1890, aproximadamente três décadas antes da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Esta mulher ideal, indiferenciada de classe social, apresentada por Veríssimo em fins do século XIX e, de modo semelhante, descrita pelos higienistas na primeira metade do século XX, esbarra em dificuldades concretas quando se trata da mulher trabalhadora. E um dos fatores que pode comprovar este obscurecimento na história da mulher são as dificuldades em encontrar documentos históricos sobre o trabalho feminino.

Rago (2004) informa que os registros disponíveis relacionados ao trabalho da mulher foram produzidos por autoridades públicas, higienistas, policiais, industriais, etc. Evidenciar o trabalho feminino vem sendo uma preocupação recorrente de estudiosos como Rago (1985), Pena (1981) e Fonseca (2004), uma vez que a história oficial nos descreve uma trajetória feminina em que a mulher estava restrita ao espaço doméstico. Figueiredo (2004) nos alerta que:

[...] os caminhos da história da mulher não se contam de modo claro e definido. São percursos sinuosos, intrincados ao longo dos quais o historiador precisa dispensar cargas de muito preconceito presente nas fontes, desconfiar de suas lacunas, duvidar de suas verdades (p. 142).

O presente estudo, que pretende se somar a tantos outros já realizados nesse sentido, tem o objetivo de comparar o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental com a imagem da mulher trabalhadora expressada pelas pinturas artísticas produzidas no Brasil ou por pintores brasileiros na primeira metade do século XX. Na primeira seção, intitulada “*A mulher foi feita para ceder ao homem*” e ao trabalho, analisamos, inicialmente, alguns aspectos da subordinação feminina na história. Posteriormente, visamos traçar um panorama a respeito da condição da mulher brasileira na atualidade. Consideramos que o atual contexto de desigualdade entre homens e mulheres, independente de classe social, instiga a produção de pesquisas, em diversos campos do conhecimento, que elegem a condição social da mulher como foco. Indicamos alguns estudos

já realizados sobre o trabalho feminino, bem como as dificuldades e limitações metodológicas encontradas por estes estudos.

Ao optarmos por analisar o trabalho feminino com enfoque nas pinturas artísticas, consideramos ser possível, também por meio da arte, aproximar-nos de fatos, características e problemas da época. Procuramos demonstrar que a análise da arte é uma possibilidade metodológica reconhecida pela comunidade acadêmica. Entretanto, neste ponto cabe salientar que ao nos referirmos a análise da arte não iremos nos deter aos aspectos técnicos das obras que serão apresentadas. Isto significa que não trataremos de questões relacionadas à luminosidade, sombra, cores e demais características, visto que foge aos propósitos deste estudo e da nossa competência para tanto. Assim sendo, neste estudo, a análise das telas que apresentaremos restringe-se a observação daquilo que cada pintura artística retrata.

Este percurso será descrito na segunda seção, intitulada *Das telas às teias sociais*. Visando fomentar um diálogo entre o ideário de higiene mental e as pinturas artísticas, elegemos como fonte primária e principal: os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), periódicos publicados pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), bem como outros documentos produzidos por médicos higienistas na época e algumas pinturas artísticas que retrataram a mulher e o trabalho feminino realizado por pintores brasileiros no mesmo período.

Na terceira seção, intitulada *A mulher “higienizada” e a mulher trabalhadora*, à luz dos acontecimentos históricos, comparamos os documentos produzidos pelos higienistas com as pinturas artísticas da época. Buscamos compreender as convergências e divergências entre as telas dos pintores brasileiros e o ideário da higiene mental.

Consideramos que a recuperação dos processos históricos é necessária à Psicologia, porque nos permite a aproximação dos modos de vida e relações humanas estabelecidas de acordo com cada tempo e contexto histórico. Explicar a conduta humana vem sendo um dos principais focos da Psicologia, no entanto, se desconsiderarmos o desenrolar da história, estaremos fadados ao equívoco de analisar o homem numa esfera particular e individual.

Embora a Psicologia atribua valor significativo aos desenhos projetivos, como nos testes psicológicos, a arte, em geral, é analisada como um modo de expressão particular e não como uma possibilidade de representar também aspectos sociais do homem e de suas formas de relações. Como afirma Barroco (2007) em relação ao emprego do desenho da figura humana como recurso projetivo, para a autora, esta prática na Psicologia “(...) apoia-se tanto

naquilo que uma dada pessoa realizou que se esquece de pô-la, juntamente com sua produção, em relação com a sociedade em que vive” (p.18).

O avanço da Psicologia enquanto ciência consiste, entre outros fatores, em distingui-la de suas bases organicistas e individualistas, com ênfase no saber médico e biológico. Consideramos que a recuperação dos fatos passados, assim como as análises acerca do modo como os homens se relacionam entre si e se organizam em sociedade nos possibilita outras leituras sobre o homem e, portanto, nos distancia das explicações pautadas no princípio de que a “natureza humana”, e somente ela, é capaz de entender o homem e suas relações.

Ao analisarmos o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental, deparamo-nos, amiúde, com explicações que atribuíam à natureza feminina o papel de ser mãe, esposa e dona de casa. A mulher tinha seu papel social determinado e justificado por sua condição feminina. “Falar da mulher é falar do sentimento” (Austregésilo, 1923, p. 9), este foi o perfil de mulher descrito pelo médico Austregésilo e por tantos outros higienistas da época.

A mulher afetiva, terna e carinhosa era portadora da mais nobre função feminina: a maternidade. Maternidade que foi exaltada e ao mesmo tempo cercada por valores morais e preceitos médicos. O modelo de mãe, de mulher e de trabalho feminino foi ditado pelos higienistas e por toda lógica burguesa a todas as classes sociais, como podemos perceber nas palavras do médico Antonio Pinto Machado (1925): “A felicidade dos lares pobres, está na razão direta da capacidade da mulher. Esta é capaz, querendo, de tornar, o modesto tugúrio em um santuário tentador” (p. 312).

Esta percepção do papel da mulher na sociedade era uma das formas pelas quais os higienistas entendiam ser possível prevenir as mazelas sociais. Difundindo preceitos de higiene mental e de puericultura, os quais deveriam ser capitaneados principalmente pelas mulheres, os higienistas acreditavam que evitar-se-ia as inúmeras doenças que acometiam a população brasileira, fossem elas físicas ou mentais. Não questionamos as necessidades de higiene física e nem os cuidados maternos necessários aos filhos, e sim questionamos as condições da mulher para seguir os ditames médicos e, sobretudo, aqueles relacionados à higiene mental e moral.

Observamos algumas pinturas artísticas que retrataram a mulher e o trabalho feminino nessa época com a finalidade de realizar este questionamento, ou, então, o confronto entre o ideário da higiene mental e a real condição de vida de grande parte da população brasileira na primeira metade do século XX, tendo em vista que as pinturas artísticas,

enquanto testemunhos e documentos históricos, trazem à tona uma imagem da mulher e do trabalho feminino diferenciado do que fora apregoado pelo ideário de higiene mental. Ao confrontarmos a arte ao discurso da higiene mental, identificamos a desigualdade social apontada pela arte. Enfatizamos, neste estudo, o significativo papel da arte na leitura dos fatos e dos processos sociais.

A arte produzida na época nos serviu de contraponto à medida que retratou a presença feminina nas fábricas, no campo, nas lavanderias e nos mangues, confirmando e reforçando tantos outros estudos e pesquisas já realizados acerca do trabalho feminino nesse período. A arte nos testemunhou a existência de diferentes classes sociais não enfatizadas pelo discurso médico higienista. Ainda que alguns higienistas reconhecessem as difíceis condições de vida de grande parte da população, isto não parece ter sido impedimento para que seguissem ditando os padrões normativos que definiam o papel social da mulher restrito ao âmbito doméstico, aos cuidados com os filhos e aos afazeres do lar.

Concluimos que o “lugar” da mulher não seria determinado pelos valores morais estabelecidos pelo movimento de higiene mental e nem por todo o ideário burguês. O “lugar” da mulher fora, a priori, determinado pelas reais condições materiais de vida. O modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental era possível apenas às mulheres que não necessitavam ajudar ou prover a família financeiramente e, portanto, a mulher idealizada pelos médicos higienistas era um privilégio de classe, ainda que os preceitos tenham sido direcionados a todas as classes sociais.

1 “A MULHER FOI FEITA PARA CEDER AO HOMEM” E AO TRABALHO

1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO E DA SUBORDINAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA

1.1.1 ACERCA DO TRABALHO

O trabalho, enquanto uma condição ontológica do ser humano, é entendido por Marx (2006), como um processo entre o homem e a natureza. Neste processo, o trabalho do homem se diferencia do trabalho realizado pelos animais ou por qualquer outro ser da natureza, já que o ser humano é capaz de antecipar, planejar e controlar sua própria ação, além de construir e utilizar-se de instrumentos que sirvam de meios de trabalho para dirigir suas ações. Como descreve Marx (1983), “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p.149). Isto significa que o trabalho é uma condição para a existência humana.

Atuando sobre a natureza, transformando-a e ao mesmo tempo transformando a si mesmo, o homem satisfaz suas necessidades e adquire os produtos necessários à sua sobrevivência. “Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (Marx, 1983, p.151). Neste sentido, o trabalho assume o caráter ontológico. No entanto, sob a égide do capital,

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme os seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. (MARX, 1983, p. 154).

Neste sistema, o trabalho e o produto do trabalho são propriedades do capitalista. O trabalhador não produz para uso próprio, o que significa que o produto do seu trabalho não tem valor de uso, mas tem valor de troca. Em outras palavras, o trabalhador utiliza sua força de trabalho na produção de um produto, qualquer que seja, e por ele recebe um valor. Nestes

termos o trabalho em si perde as suas características iniciais e ontológicas e representa apenas a venda da força de trabalho típica do modo de produção capitalista.

Este preâmbulo se faz necessário para deixar claro que ao nos referirmos, neste estudo, sobre o trabalho feminino o fazemos por força de expressão porque, de fato, estamos tratando da utilização da força de trabalho feminino enquanto uma necessidade imposta pela dinâmica de produção capitalista que prioriza, sobretudo, as relações de troca.

1.1.2 ACERCA DA SUBORDINAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA

“Artigo 1º: A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”. Este excerto foi extraído da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, elaborada, em 1791, por Olympe de Gouges (1748 – 1793) na França (Ishay, 2006, p. 250). Olympe de Gouges foi condenada a guilhotina, em 1793, devido às suas ideias revolucionárias que se contrapunham ao pensamento dominante a respeito do papel social da mulher, muito expressado também pelos filósofos iluministas da época.

Tomemos como exemplo da filosofia iluminista um dos pensadores mais conhecidos desse mesmo contexto e momento histórico. Jean Jacques Rousseau, em sua obra intitulada *Emílio*, publicada pela primeira vez em 1762, ressalta que "a mulher foi feita para ceder ao homem e para suportar até a injustiça" (Rousseau, 1999, p. 554). Embora o período estivesse fundamentado pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tais ideais não estavam referindo-se à igualdade entre homens e mulheres, como podemos observar no caso de Olympe de Gouges.

Segundo Pena (1981), a subordinação feminina apresenta-se de formas distintas em diversos períodos e em diferentes sociedades. No entanto, Saffioti (2003) destaca que nem sempre a sociedade esteve sob os moldes patriarcais:

A humanidade tem entre 250 mil e 300 mil anos e não nasceu patriarcal, uma vez que se tem feito um enorme esforço para mostrar que o gênero é socialmente construído. Efetivamente, não há sociedade que não construa imagens do feminino e do masculino. Isto é gênero. Claro que daí decorre uma divisão sexual do trabalho. Embora seu conteúdo possa variar, ela sempre está presente. Entre as atividades femininas e masculinas não há, necessariamente, uma hierarquia do ângulo do prestígio, do poder, etc. Não se vive dizendo e escrevendo que as desigualdades

sociais foram construídas? Ora, é preciso ser coerente. Comparado à humanidade, o patriarcado é um recém-nascido [...] (p. 36).

Recém-nascido o patriarcado, que tem, conforme as pesquisas de Saffioti, aproximadamente cinco mil anos. Se o período de cinco mil anos pode ser avaliado como curto diante da história da humanidade, pouco representativos são os séculos transcorridos entre o ápice da revolução francesa, quando Olympe de Gouges foi condenada à morte, e a atualidade. Ainda que se trate de um curto espaço de tempo a considerar na história da humanidade, não podemos menosprezar as intensas mudanças ocorridas em um período tão conflituoso como este.

Sem a pretensão de destrinchar estas páginas da história, enfatizamos que é um período marcado por profundas transformações. Um novo modo de vida e relações entre os homens estava em processo. “Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia. A esse sistema chamamos — capitalismo” (Hubermann, 1986, p. 153).

Diante das transformações no modo de trabalho, novas formas de relações humanas se gestaram. A concepção de trabalho e o papel do homem, da mulher, da família, conseqüentemente, foram tomando formas adequadas ao capitalismo na sociedade. E neste ajuste, o modelo patriarcal, ou seja, o estabelecimento da supremacia masculina se revigorou e se redefiniu. Corroborando o entendimento de Saffioti (2003), Pena (1981) afirma que “a sujeição da mulher ao homem não se originou no capitalismo [...] ela apenas tornou-se mais virulenta e devastadora” (p. 14).

Uma sociedade que tem no seu alicerce o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, a exploração do trabalho de muitos sob o antagonismo das classes sociais submete a todos, homens, mulheres, crianças, brancos, negros, etc. As relações humanas, sob a égide do capital, são marcadas pelas desigualdades entre classes sociais¹ e, no seu interior, existem formas distintas e entrecruzadas de subordinação. Homens e mulheres, na condição de trabalhadores, são explorados e se exploram numa situação de extrema desigualdade. No entanto, as mulheres são submetidas também aos valores machistas e patriarcais embutidos na sociedade e, como afirma Pena (1981), estão sujeitas a dupla opressão.

¹ É necessário lembrar que as desigualdades sociais são características do modo de produção capitalista, no entanto, não são exclusivas deste sistema. Em outras formas de organização social, como no feudalismo, na Grécia, a divisão de classes sociais também existia e muito claramente. No entanto, nos restringirmos a identificar as desigualdades sociais no sistema capitalista.

1.2 A MULHER BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Ao considerarmos a condição da mulher brasileira na atualidade, podemos identificar a dupla opressão analisada por Pena (1981). Segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres² (PNPM), ainda que “[...] a escolaridade das mulheres seja superior à dos homens, permanecem as diferenças salariais. A concentração de trabalhadoras é maior no setor de serviços, em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração” (Brasil, 2004, p. 37).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2009), em dez anos (1998 – 2008), a participação das mulheres no mercado de trabalho formal cresceu de 42,0% para 47,2%. A mesma pesquisa revela que, do total das mulheres ocupadas, 87,9% declararam cuidar dos afazeres domésticos e, do total dos homens, 46,1%. O número médio de horas na semana dedicado a esses afazeres é de 20,9 para as mulheres e de 9,2 para os homens.

Conciliar o trabalho assalariado e as atividades do lar vem sendo um dos principais desafios da mulher, visto que o fato de estar empregada não a emancipa das atividades familiares (Bruschini & Ricoldi, 2009). Conforme apontam pesquisas (Brasil, 2009), há uma diferença significativa entre a participação do homem e da mulher na realização das tarefas domésticas. Tal contraste não é percebido no mercado de trabalho:

Uma das principais queixas das “novas mulheres”, em geral, é a dupla jornada do trabalho e o acirramento da competição no mundo masculino. As duas questões não podem ser dissociadas, se considerarmos que a exigência da qualidade do trabalho feminino ainda é muito maior do que a que se dá em relação aos homens. (Rago, 2003. p. 8).

No entanto, as dificuldades que a mulher enfrenta atualmente não estão somente relacionadas à sobrecarga de trabalho. O assédio sexual e moral, as agressões físicas, o tráfico

² Em Dezembro de 2004, o Governo Federal em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, implantou o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). “O eixo desta política está calçado na ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, na capacitação de profissionais na temática da violência de gênero, na promoção de mudanças na legislação que eliminem a discriminação e o preconceito sexista e no apoio a realização de intervenções educativas e culturais” (Brasil, 2004, p. 25).

internacional de mulheres e meninas, entre muitas outras são expressões de violência e subordinação feminina. Dados estatísticos apontam que:

[...] cerca de uma, em cada cinco mulheres brasileiras, sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem. ‘A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez’. Projeta-se no mínimo 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano, ou seja, uma em cada 15 segundos (Brasil, 2004, p. 74).

A existência de uma política pública especificamente direcionada à mulher, assim como a atual Lei Nº 11340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha” (Brasil, 2008), que visa coibir a violência doméstica, não indica somente o avanço ou uma conquista das mulheres, evidencia a necessidade de intervenções políticas e legislativas em prol da defesa e da garantia dos direitos da mulher. Tais intervenções apresentam-se especificamente voltadas aos direitos da mulher, no entanto, acarretam e representam a necessidade de reivindicações relacionadas aos direitos de todos, do homem, da mulher, da criança, do idoso, etc.

Nas palavras de Nilcéa Freire, ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres:

Se não houvesse mais desigualdade entre homens e mulheres no país, se o mercado de trabalho absorvesse de maneira equânime homens e mulheres com igual nível de escolaridade, se as mulheres não sofressem, no âmbito doméstico, tanta violência quanto ainda sofrem não seria necessária a existência de uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (N. Freire, 2004, p. 43).

Dentre as propostas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004), destacamos algumas prioridades, como: “[...] ampliar o acesso das mulheres no mercado de trabalho, promover relações de trabalho não discriminatórias, com equidade salarial” (p. 44) e “[...] ampliar e aperfeiçoar a rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência” (p. 77). Esta rede é constituída por órgãos como os centros de referência e atendimento à mulher, casas abrigo, defensorias públicas da mulher, delegacias especializadas de atendimento à mulher, entre outros.

Apesar das conquistas e dos avanços obtidos por meio de muitas reivindicações, protestos e lutas feministas, as mulheres enfrentam inúmeras barreiras e dificuldades tanto na esfera pública quanto privada:

Em todo o mundo, são inegáveis os avanços que asseguram cada vez mais direitos às mulheres. No entanto, as desigualdades entre os sexos persistem e ainda estão longe de serem superadas. As mulheres seguem ocupando lugares de menor prestígio na sociedade, o que reflete, com maior ou menor intensidade, nos mais variados espaços, como no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões etc. (Brasil, 2007, p. 7).

1.3 O TRABALHO FEMININO COMO OBJETO DE ESTUDO

Tendo em vista este contexto de desigualdade, diversas pesquisas têm elegido a mulher como objeto de estudo em diferentes campos do conhecimento como na antropologia, sociologia, história, psicologia e muitos outros. Por diferentes perspectivas teóricas e com enfoques distintos, a mulher é evidenciada.

Segundo Bruschini (1996), no Brasil, as primeiras pesquisas que elegeram a mulher objeto de estudo tiveram como foco principal a temática sobre o trabalho feminino. Dentre os autores que abordaram esta questão, destacamos: Saffioti (1969), Pena (1981) e Rago (1985). Conforme o aprofundamento das pesquisas, os estudos sobre o trabalho feminino foram tomando formas diferenciadas. Ainda de acordo com Bruschini:

A primeira geração de estudos focalizou exclusivamente a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na família. Mais tarde, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria também peso considerável na produção sobre o tema, dando origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico. **Mas as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família.** Pois, para a mulher, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento seja pela superposição (Bruschini, 1996, p. 278, grifo nosso).

O trabalho realizado pela mulher na esfera doméstica, bem como a atribuição das responsabilidades do lar e dos filhos como tarefas exclusiva e “naturalmente” femininas tornaram-se uma preocupação dos estudiosos que abordam esta temática. Rago (1985), ao analisar a participação feminina nas fábricas do Brasil nas primeiras décadas do século XX, atentou ao discurso ideológico da época, que estabelecia padrões normativos que redefiniam as relações familiares e promoviam um novo modelo de mulher voltada ao lar. Vejamos:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família [...] (p. 62).

Neste sentido, os papéis sociais diferenciados para homens e mulheres, assim como a subordinação feminina revelam-se como resultado de uma construção histórica. Se, atualmente, a mulher continua percebida como responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, a história parece contradizer as explicações pautadas na natureza feminina ou no instintivo amor materno.

Com base nesta compreensão, os estudos que enfocavam a mulher agregaram uma nova categoria como objeto: “gênero”. Segundo Soihet e Pedro (2007), [...] 'gênero' dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o **fantasma da naturalização**; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres (p. 288, grifo do autor).

A complexidade do conceito “gênero”, discutido por muitos autores, supostamente, não advém da compreensão do termo em si, torna-se difícil entendermos este conceito devido à necessidade de nos desprendermos dos valores embutidos em cada um de nós a respeito do papel da mulher e do homem na sociedade. Em poucas palavras, Saffioti (2008) define: “Gênero diz respeito às imagens do feminino e do masculino, historicamente construídas” (p. 21).

1.4 ALGUNS CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS

Neste brevíssimo retrospecto sobre a trajetória das pesquisas que elegem a condição social da mulher objeto de estudo, destacamos os avanços no campo do conhecimento referente a dois aspectos: a) o trabalho feminino passou a ser analisado sob a perspectiva da participação da mulher nas esferas pública e privada, ou seja, no espaço produtivo e familiar; b) o papel da mulher restrito ao espaço privado está relacionado às determinações e imposições sociais estabelecidas de acordo com cada período e contexto histórico.

Ao investigar a participação feminina nas fábricas do início do século XX, Rago (2004) aponta as dificuldades para encontrar documentos e registros históricos. Para a autora, o historiador trabalha com imagens distorcidas da mulher, apresentadas por documentos saturados de valores morais da época, sobretudo, por uma visão masculina sobre a identidade das mulheres trabalhadoras. “Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos” (p. 579, grifo do autor).

Soihet (2004), por sua vez, em estudo sobre as mulheres pobres e a violência no Brasil urbano, cuja fonte principal foi os processos criminais e a documentação policial do início do século XX, questiona a escassez de materiais que abordem esta temática:

[...] como penetrar no passado dessas mulheres que praticamente não deixaram vestígios de seu cotidiano? Durante largo tempo, somente os feitos dos heróis e as grandes decisões políticas eram considerados dignos de interesse para a história. A partir de 1960, juntamente com outros *subalternos*, como os camponeses, os escravos e as pessoas comuns, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história. Porém a dificuldade em se obter fontes para buscar reconstruir a atuação das mulheres é desalentadora. Não existem registros organizados. No tocante às mulheres pobres, analfabetas em sua maioria, a situação se agrava (p. 364).

Enfim, por caminhos, algumas vezes, indiretos e tortuosos, esta história vem sendo revelada. Portanto, diante da persistência de subordinação, exploração e submissão feminina, revelados pelos documentos oficiais e não oficiais, e das omissões relacionadas à história das mulheres, somos instigados a participar deste debate.

Por compreendermos que “[...] a arte, nas suas mais diversificadas manifestações iconográficas ou literárias, a filosofia, o saber em geral, sempre expressam, de alguma forma, a produção e a reprodução da vida real [...]” (Nagel, 1992, p. 3), buscamos analisar o trabalho feminino também por meio das pinturas artísticas.

2 DAS TELAS ÀS TEIAS SOCIAIS

O passado pressiona para ser visto e revisto, exige novas explicações e nos impõe visitar os arquivos e passar a História a limpo. Como se, num misto de decepção e indignação, precisássemos desfazer os fios da memória e mostrar como e por que foram arbitrariamente trançados. (Rago, 1995/1996, p. 17).

Delimitado o período histórico deste estudo, a primeira metade do século XX no Brasil, optamos por analisar a visão médico-higienista sobre o papel da mulher na família e na sociedade, evidenciando os direcionamentos e encaminhamentos desta perspectiva relacionados ao trabalho da mulher fora do espaço doméstico e familiar. Analisamos também a mulher trabalhadora, retratada por alguns importantes pintores nacionais desse período histórico.

Para estabelecer um diálogo sobre o trabalho feminino com estas duas vertentes, alicerçamo-nos, metodologicamente, numa concepção histórica de inspiração marxista. Nesta linha de raciocínio, partimos da premissa de que o homem é um ser histórico, portanto, prático e social. Toda e qualquer produção humana baseia-se no modo de produção da vida material e nas relações produzidas de acordo com este modo de produção (Marx & Engels, 1984). Esta relação entre tudo que o homem produz e o modo de produção da vida material é analisada sob a perspectiva marxista, por Martins (2004):

[...] se tudo na vida é produto da ação dos homens sobre a natureza e das relações que travam entre si em busca da sobrevivência pelo trabalho, não é coerente conceber os “[...] diferentes produtos teóricos e formas de consciência [...]” como sendo totalmente independentes da vida material e sua dinâmica constitutiva. Por serem produtos, a consciência, as idéias são partícipes do processo que os produziu e, portanto, trazem em si as marcas do conflito, das disputas, da correlação de forças políticas, das diferentes concepções que se encontram presentes no modo de produção e reprodução da vida, isto é, os pensamentos, as teorias, “[...] a religião, a filosofia, a moral, etc. [...]” Não são neutros, pois que são afetados pelas relações sociais (p. 100).

Nesta perspectiva, entendemos que tanto os posicionamentos sobre o trabalho feminino da corrente higienista como as pinturas artísticas que retrataram a mulher trabalhadora foram produções baseadas e inspiradas pela trama das relações humanas e pela forma de produção da vida material do período e de determinado contexto social. Preocupamo-nos, neste estudo, em atrelar tais produções ao período e contexto histórico em que foram gestadas, tendo em vista que “[...] uma leitura atual, na realidade, não pode **cobrar** o que as condições de uma determinada época não propiciaram” (Yamamoto, 1996, p. 19, grifo do autor).

Como fontes primárias principais, consultamos: a) periódicos, Archivos Brasileiros de Hygiene Mental (ABHM), publicados pela Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM), bem como outras produções e documentos de caráter higienista produzidos na primeira metade do século XX; b) algumas pinturas artísticas do mesmo período, que retrataram a mulher e o trabalho feminino, produzidas por pintores brasileiros, como Emiliano Di Cavalcanti (1897 - 1976), Cândido Portinari (1903 - 1962), Tarsila do Amaral (1886 -1973), Lasar Segall (1891 - 1957), entre outros.

2.1 OS ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL

As propostas de higienização se pautaram, inicialmente, na necessidade de medidas que abrandassem os altos índices de mortalidade e epidemias que caracterizavam o país desde o período colonial³. No entanto, a sociedade brasileira dos fins do século XIX e início do século XX atravessava um período de intensas transformações econômico-sociais, marcadas particularmente pela alteração no modo de produção, de escravo a assalariado. Neste contexto, os propósitos higienistas assumiram dois enfoques: por um lado, as preocupações giravam em torno da necessidade de saneamento e medidas de saúde, por outro, visavam readequar a sociedade aos novos padrões e moldes de vida. Como destacou Fontenelle (1925):

A rápida evolução que vai tendo a higiene pública, como forma de atividade social baseada na utilização das ciências físicas e biológicas, levou-a a alargar grandemente

³ “No Brasil colonial, parece-nos justo concluir terem médicos, comadres, curandeiros e escravos sangradores contribuindo quase por igual para a grande mortalidade, principalmente infantil e das mães, que por épocas sucessivas reduziu quase 50% a produção humana nas casas grandes e senzalas” (G. Freire, 2006, p. 383, grifo do autor).

as suas responsabilidades, incluindo um trabalho construtor da natureza nemiamente ativa, muito além das simples passividade de defesa contra a doença (p. 1).

E foi, de fato, com o “alargar” das responsabilidades das ciências físicas e biológicas que os ideais da higiene mental foram formados. Ao visar uma adaptação do indivíduo à sociedade, o ideário da higiene mental propunha normas e padrões à formação e educação dos indivíduos, enfocando, sobretudo, a saúde mental, a educação moral e a propagação de valores relacionados aos hábitos e comportamentos dos indivíduos, em diversas instâncias da sociedade, como nas famílias, escolas e locais de trabalho.

Neste contexto, a *Liga Brasileira de Higiene Mental*⁴ (LBHM) foi fundada e reconhecida, em 1923, pelo Governo Federal como órgão de utilidade pública, tendo como finalidade:

- a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e, em especial, do sistema nervoso;
- b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação;
- c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles;
- d) realização de um programa de higiene mental e de eugenia no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais (Caldas, 1930, p. 71).

Os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* foram documentos produzidos pelos integrantes da LBHM, publicados, entre 1925 a 1947, sob a forma de periódico. Com caráter doutrinário, estes arquivos foram elaborados pelos médicos higienistas com o intuito de divulgar e propagar as ideias defendidas pela LBHM, como constatamos na introdução de uma das revistas publicadas:

Os “Archivos”, como órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental, tem uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, eles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideais da hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa daquela Instituição. (Liga Brasileira de Higiene Mental, 1929, p. 1).

⁴ Para facilitar a leitura, optamos por registrar Liga Brasileira de Higiene Mental apenas por sua sigla: LBHM.

Ressaltamos, com base numa perspectiva histórica, que, como toda produção humana, as ideias sobre a higiene mental se gestaram sob uma forte influência do momento histórico em que foram produzidas. Envolvidos pelo espírito de patriotismo e pelos interesses de redefinição e modernização do país, a *LBHM*, como parte da elite intelectual brasileira, direcionou seus trabalhos na proposição de novos modelos de homem, mulher e família, objetivando a formação de um indivíduo saudável, adequado e apto à nação.

2.2 O ESTUDO ICONOGRÁFICO

Abdicando das palavras, as imagens nos dizem algo, possibilitam a comunicação por uma linguagem não verbal. Diferentes análises e informações podem ser extraídas de uma fotografia, de um quadro ou de uma escultura. No entanto, “[...] é preciso saber olhar uma imagem. Quem fez? Como fez? Quando fez? E por que fez? Quais os sentimentos e intenções moveram as mãos e olhar do fotógrafo que tirou a foto ou o pintor que pintou o quadro?” (G. S. Silva, 2006, p. 38).

Denomina-se estudo iconográfico o questionamento, a análise e a reflexão sobre uma imagem e o que há de implícito nela. K. V. Silva (2006) esclarece que o termo iconografia⁵ “define qualquer imagem registrada e as representações por trás da imagem. Como conceito, abarca desde desenhos, pinturas e esculturas, até fotografias, cinema, propaganda [...]” (p. 128).

Portanto, ao utilizarmos pinturas artísticas como fonte documental, reconhecemos este procedimento como um estudo iconográfico. Costa (2002) compreende que:

O estudo iconográfico das manifestações artísticas tem se mostrado produtivo, bem sucedido e rico em desdobramentos para o entendimento da cultura e do imaginário humano e tem possibilitado compreender como nascem e se organizam as formas de representação do mundo e qual o papel dos elementos estáticos nesse processo (p. 50).

⁵ Este termo vem sendo utilizado e assumindo um caráter diferenciado de sua expressão original, conforme a explicação de Ginzburg, apud K. V. Silva (2006), “há uma diferença entre iconografia e iconologia, sendo a primeira o conjunto de aspectos formais e estéticos de uma obra de arte e a iconologia a série de significados sociais e mentais apresentados por toda obra. No entanto, atualmente o significado historiográfico mais comum de iconografia abarca todos os aspectos envolvidos não apenas em uma obra de arte, mas em qualquer tipo de imagem ou material visual. Aspectos que incluem as questões puramente artísticas e o imaginário por trás de cada obra” (p. 128). Tendo isto em vista, optamos por utilizar a expressão iconografia no decorrer deste trabalho.

Reconhecer a análise da arte como um procedimento metodológico não define precisamente o eixo norteador que conduz tal análise. A arte pode ser analisada por diferentes vertentes e perspectivas teóricas e em diferentes campos do conhecimento, como na história, sociologia, antropologia, psicologia, entre muitos outros. Não temos a intenção de esmiuçar os posicionamentos já encaminhados nos estudos sobre a arte, mas sim, de forma ampla, apresentar algumas frentes de análise e, também, delimitarmos o respaldo teórico que conduzirá a análise das pinturas artísticas presentes neste estudo.

Privilegiando um enfoque sociológico, Francastel (1973) analisa a importância da arte enquanto um modo de conhecimento. A arte é “o produto de um dos sistemas através dos quais a humanidade conquista e comunica sua sabedoria ao mesmo tempo que realiza suas obras” (p. 5). Considerando a arte como um meio de expressão e de comunicação do homem sobre si mesmo e sobre seu tempo, o autor entende que a arte, analisada simultaneamente com outras disciplinas, possibilita uma interpretação mais apurada da vida passada e presente das sociedades.

Moimaz e Molina (2001) reconhecem que existe uma estreita relação entre a arte e a sociedade da época em que foi produzida. O período, o contexto e a visão de mundo do artista interferem na elaboração do trabalho artístico. “A obra de arte não é apenas um objeto estético, é também portadora de valores sociais, carregada de significações, devendo então ser vista como documento” (p. 146).

Ao estabelecer uma estreita relação entre a arte e o seu contexto de produção, Francastel (1973) considera que “[...] toda arte é a transposição das necessidades e das aspirações da época em que nasce” (p. 25). Por esta razão, a análise da arte contribui com os estudos que visam compreender as relações humanas e modos de vida de um determinado tempo e contexto histórico.

No campo da psicologia, podemos destacar alguns importantes nomes que atribuíram significativa importância à arte. Vigotski, em sua obra intitulada *A Psicologia da Arte*, numa perspectiva materialista histórica, entende que as obras artísticas são produzidas como forma de expressão do homem, com estreitas relações ao meio social em que vive.

Nesta perspectiva, Barroco (2007) analisa que a arte, embora não seja um retrato fiel da realidade, “[...] não se realiza **descolada** da vida, apresenta-se e constitui-se por meio de recursos materiais, disponibilizados pela humanidade, pelo próprio modo de organização e dinâmica da sociedade [...]” (p. 89, grifo do autor).

Para Vigotski (1973), a arte só pode ser convertida em objeto de investigação científica se for estudada em conexão com todos os demais aspectos da vida social e no seu condicionamento histórico concreto. No entanto, Vigotski critica os estudos sociológicos que desconsideram a relação existente entre o social e o psicológico do homem. Sustentado pelo método dialético, analisa a arte como um resultado da relação entre o homem e o social. As produções artísticas são fruto deste processo, por esta razão, seria incoerente excluir os aspectos da mentalidade do homem⁶. Nas palavras do autor, “Os próprios sentimentos despertados pela obra de arte são sentimentos socialmente determinados.” (p. 38).

Além da crítica referente à sociologia, Vigotski também faz análises que se contrapõem ao entendimento de que a arte é uma expressão do homem independente dos processos históricos e sociais. Esta divergência pode ser constatada pela discussão que Vigotski elabora em torno da teoria psicanalítica:

[...] a arte não pode ser explicada de maneira conclusiva a partir da reduzida esfera da vida privada, mas exige uma interpretação que abarque a ampla esfera da vida social. A arte como inconsciente não é apenas um problema; a arte como superação do inconsciente, aqui está a resposta mais provável. (p. 114).

Diante da complexidade da discussão elaborada por Vigotski sobre a psicanálise, restringimo-nos a identificar a presença de diferentes pontos de vista e modos de análise da arte no campo da psicologia. Cabe-nos ainda a constatação da possibilidade de analisar a arte pelo método psicanalítico, isto demonstra que compreender dado problema ou objeto pela arte é uma forma de investigação presente em diferentes vertentes metodológicas.

E não somente para os estudiosos da arte existem controvérsias e diferenças sobre sua análise. A visão dos próprios artistas sofre variações de acordo com a época e o contexto em que vivem, com fortes influências do grupo social no qual estão inseridos. As intenções dos artistas, na realização de suas obras, não são sempre as mesmas (Francastel, 1973).

Comparamos dois pintores brasileiros de um período de tempo aproximado, Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976) e Pedro Bruno (1888-1949). Ambos tinham a mulher como temática em suas obras. Nas telas de Pedro Bruno, “a imagem da mulher é sempre dignificada e idealizada. O carinho maternal é registrado em delicadas cenas íntimas,

⁶ Ao referir-se à mentalidade do homem, Vigotski (1973) complementa: “a mentalidade do homem social” (p. 29). Destacamos a importância atribuída ao social quando se trata da formação do psiquismo ou da mentalidade humana.

profundamente emotivas”⁷. No entanto, as mulheres retratadas nas obras de Di Cavalcanti eram prostitutas, lavadeiras, dançarinas, vendedoras, enfim, outra imagem de mulher. Dois pintores, em tempos tão próximos, nos fornecem descrições distintas acerca da mesma temática. Isto nos confirma que a visão de mundo do artista e o grupo social em que está inserido influenciam na produção de suas obras.

Respaldamo-nos na compreensão de Kosik (2002) que, ao descrever sobre o duplo caráter da arte, considera-a como a expressão e, ao mesmo tempo, a criação da realidade. Realidade criada que não existe fora da obra, mas apenas na obra. Pois, se a arte está atrelada a uma visão de mundo socialmente construída em determinado contexto histórico, não pode, portanto, ser expressão pura da realidade, mas pode expressá-la, embora impregnada pela visão que os homens possuem da realidade e do contexto social em que vivem, e pode criá-la à medida que a expressa a partir da realização da obra. A representação da realidade expressada na obra torna-se uma nova realidade, criada na obra.

Como a arte é um modo de expressão do homem, é também um modo de conhecimento. A análise da arte, atrelada a outros modos do saber, faz-se válida e reconhecida no universo científico por nos fornecer novas compreensões e aproximações sobre diferentes momentos e contextos históricos.

[...] seremos forçados a concluir que a arte proporciona um conhecimento particular que não pode ser suprido por conhecimentos proporcionados por outros modos diversos de apreensão do real. Se renunciarmos ao conhecimento que a arte – e somente a arte – pode nos proporcionar, mutilamos a nossa compreensão da realidade (Konder, 1967, p. 10).

2.3 DAS OBRAS ESCOLHIDAS

No presente estudo, não nos restringimos a um estilo específico de pintura. Procuramos demonstrar as diversas imagens da mulher que estavam sendo retratadas pela arte, especificamente a da mulher trabalhadora na primeira metade do século XX. Certamente, encontramos divergências quanto à representação artística da mulher nesse período.

⁷

Site oficial do pintor Pedro Bruno: <http://www.pedrobruno.org/>.

No entanto, a maioria das obras aqui apresentadas foi produzida por pintores que fizeram parte de um grupo de artistas considerados revolucionários e modernistas⁸, são eles: Candido Portinari, Emiliano Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Lasar Segall, e Quirino Campofiorito. Estes pintores, posiciona-se Aquino (2007):

[...] valorizaram a temática nacional, e sobretudo a social, em criações que claramente refletiam uma revolta contra o academicismo e o mundo de aparências. Foi marcante a preocupação com as nossas raízes, com a brasilidade, onde a pintura se sujeitava ao assunto e redescobria tipos humanos brasileiros, como o trabalhador, o negro, a mulata [...]. (p. 434).

A busca por uma identidade nacional era uma preocupação também dos artistas. As transformações sociais e econômicas do país implicavam em um novo modo de vida que, muitas vezes, foi idealizado por um estilo burguês e “importado” dos países europeus. Fomentou-se, nesse período, um ideal de homem e de nação que culminou num distanciamento das reais condições de vida do povo brasileiro, conforme discutiremos no capítulo posterior.

A arte retratada pela corrente modernista tinha o papel de evidenciar aspectos sociais particulares da realidade brasileira. Esclarecem Amaral e Toral (2005) que os artistas do movimento modernista tinham consciência da função social de suas obras. O pintor Emiliano Di Cavalcanti afirmava: “A nossa arte tem de ser como a nossa comida, o nosso ar, o nosso mar, tem de ser reveladora de nossa cultura, pois a boa arte é sempre cultural, e sua dimensão própria é a de antecipar um momento cultural.” (citado por Almeida, 2007, p. 93).

Se o período que nos propomos a analisar era de intensas transformações em vários setores da sociedade, a arte, nesta época, também estava sofrendo mudanças. A modernidade não estava restrita apenas à produtividade e economia do país. O campo artístico acompanhou o processo de modernização.

Muitos pintores brasileiros, como Portinari, por exemplo, foram premiados com viagens à Europa e seguiram em busca de novas tendências da arte. No entanto, constatamos que, para os artistas modernistas, a ideia de modernidade consistia em retratar, o máximo possível, a realidade do povo brasileiro.

⁸

Os artistas aqui mencionados foram destacados por Amaral e Toral (2005) como pintores modernistas.

As palavras de Anita Malfatti descrevem o interesse em retratar os fatos e a realidade social: “[...] eu pinto aspectos da vida brasileira, aspectos da vida do povo. Procuo retratar os seus costumes, os seus usos, o seu ambiente. Procuo transportá-los vivos para as minhas telas. (citada por Batista, 2006, p. 464).

Na tentativa de contribuir para elucidar a relação entre as obras, objeto deste estudo, e o contexto em que foram produzidas, anexamos, no final deste estudo, um glossário com breves informações a respeito de cada pintor.

2.4 DESCRIÇÃO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente estudo, a importância que atribuímos às pinturas artísticas é a mesma conferida aos documentos redigidos pelos médicos higienistas na primeira metade do século XX. À luz dos acontecimentos históricos, comparamos os documentos produzidos pelos higienistas com as pinturas artísticas da época, com a finalidade de refletir sobre o trabalho feminino.

O critério de escolha dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* deu-se em razão de sua importância enquanto porta-voz do contexto e período social em que foram produzidos. Nesses documentos, procuramos evidenciar quais foram os posicionamentos da *LBHM* em relação ao papel social da mulher e ao trabalho feminino. Utilizamos outras produções de caráter higienista que priorizavam a higiene mental.

Em relação às pinturas artísticas, os critérios de escolha das telas foram: produção na primeira metade do século XX (1901-1950); representação da mulher e/ou do trabalho feminino; pinturas realizadas no Brasil ou por pintores brasileiros, independente do estado ou região; acessibilidade.

Apresentamos as pinturas artísticas que evidenciam o contexto histórico e as transformações anunciadas pelo período em questão, e os encaminhamentos do movimento médico higienista em relação ao papel social da mulher e ao trabalho feminino.

Inicialmente, analisamos as telas que exaltavam a maternidade como retrato do que vinha sendo apregoado pelos médicos higienistas. Com estas imagens, demonstramos como a maternidade se constituía uma preocupação social naquele período e como este tema era de interesse geral.

Seguimos analisando as propostas higienistas e as telas que retrataram a mulher trabalhadora em diversos setores de trabalho, nas fábricas, na agricultura, no mercado

informal, empregadas domésticas e lavadeiras, e finalizamos com as telas que retrataram a prostituição. Buscamos compreender as convergências e divergências entre as telas dos pintores brasileiros e o ideário da higiene mental.

3 A MULHER “HIGIENIZADA”⁹ E A MULHER TRABALHADORA

3.1 A MATERNIDADE EXALTADA

A mãe deve ser sempre mãe, tanto na alta sociedade como na plebe (Moncorvo Filho, 1925, p. 6).



Figura 3. Maternidade (Eliseu D'Angelo Visconti, 1906).

Eliseu D'Angelo Visconti, pintor nascido na Itália em 1866, veio para o Brasil quando criança e naturalizou-se como cidadão brasileiro em 1890. Autor da obra *Maternidade*, produzida durante sua estadia na França em 1906. Participou, em 1911, da 1ª Exposição Brasileira de Belas Artes, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, expondo a tela (Seraphim, 2004). No Rio de Janeiro, o quadro foi exibido na “Exposição Nacional de 1908¹⁰” (Molina, 2004).

⁹ Utilizamos o termo “mulher higienizada” para nos referirmos ao modelo de mulher idealizado pelo movimento de higiene mental, ou seja, o termo “higienizada” está sendo utilizado como um adjetivo que refere-se à mulher que segue os padrões ditados pelos higienistas.

¹⁰ A Exposição Nacional de 1908, realizada entre os dias 28 de janeiro a 15 de novembro de 1908, na Praia Vermelha, no bairro da Urca no Rio de Janeiro, foi promovida pelo Governo Federal, para celebrar o centenário do início das livres transações marítimas. O grande evento também tinha como objetivos fazer um inventário da economia, da cultura, da história do país e apresentar a nova Capital da República – urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz – a diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram, revelando o Brasil, sua diversidade e seus contrastes, pela primeira vez em toda a sua complexidade (Gomes, 2010).

Não por acaso, a tela *Maternidade* (Figura 3) foi apresentada em exposições realizadas nas principais metrópoles brasileiras no início do século XX. A imagem de uma mulher amamentando um filho homem, com uma menina por perto, brincando de boneca, evidencia o modelo de mulher idealizado para a sociedade brasileira nessa época.

Embora, supõe-se pela vestimenta, a maternidade retratada por Eliseu Visconti fora pintada ao “estilo burguês”, mães brancas, negras, jovens, ricas e pobres, como exemplo do que vinha acontecendo na sociedade brasileira, foram exaltadas e retratadas pela arte, independente de etnia e classe social. Como podemos observar nas telas a seguir.

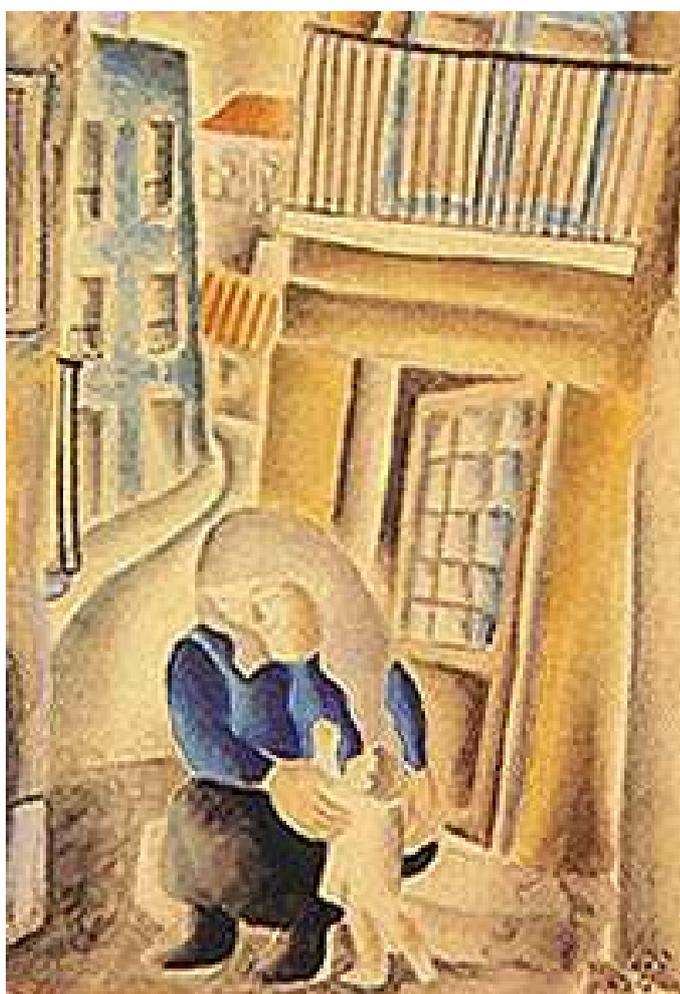


Figura 4. Maternidade (Emiliano Di Cavalcanti, década de 1920).

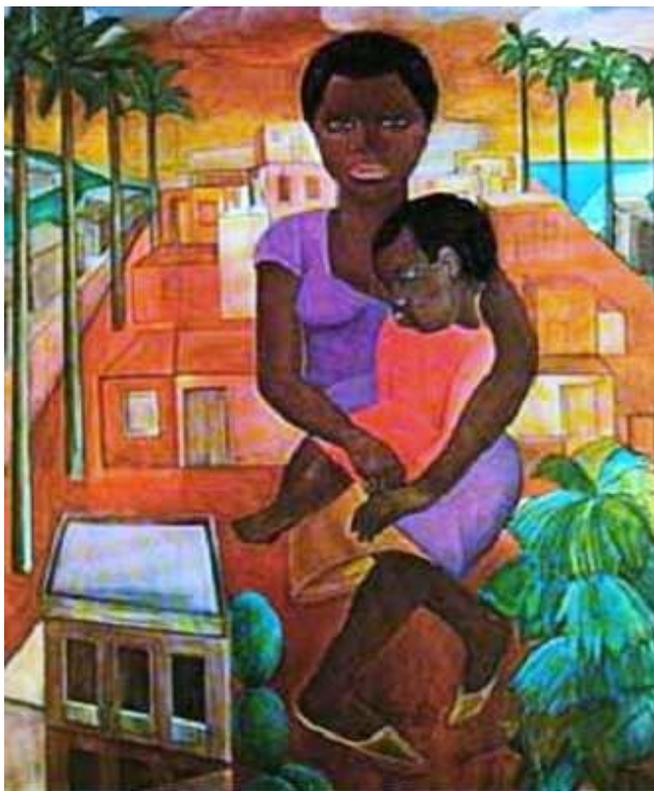


Figura 5. Morro Vermelho (Lasar Segall, 1926).



Figura 6. Maternidade (Lasar Segall, 1931).



Figura 7. Mãe Negra (Lasar Segall, 1930).

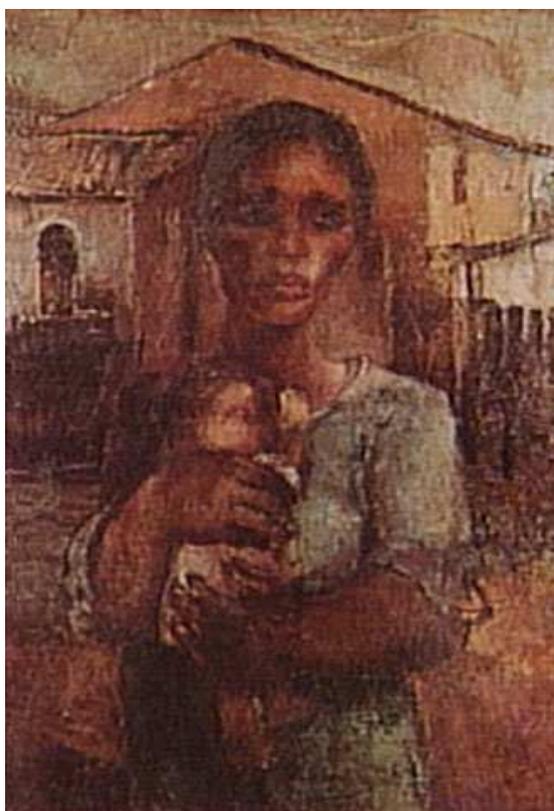


Figura 8. Jovem Mãe (Yolanda Mohalyi, 1943).

O papel social da mulher estava sendo redefinido, mais que isto, toda a sociedade brasileira estava sendo redefinida. Com o país incrementando sua participação na economia internacional, artistas, políticos, médicos e intelectuais vislumbravam o Brasil aos moldes europeus. “A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país **a todo custo**” (Sevcenko, 1998, p. 15, grifo do autor).

Modernizar significava assumir a forma burguesa e acompanhar o ritmo e modo de vida dos países mais desenvolvidos. No entanto, a realidade social do Brasil era um dos obstáculos encontrados para a concretização deste projeto. Os altos índices de mortalidade, as epidemias de doenças – como sífilis, tifo, varíola, malária e febre amarela –, o alcoolismo, a prostituição, o excesso de mendigos, entre tantos outros problemas, caracterizaram a sociedade brasileira no início do século XX.

A libertação dos escravos, a chegada dos imigrantes e a industrialização foram alguns dos fenômenos que desencadearam o crescimento populacional das cidades e aceleraram o processo de urbanização no país (Viotti da Costa, 1999). No entanto, as cidades foram crescendo sem estrutura e condições de saneamento para abarcar o novo contingente de moradores. A desordem e o caos urbano serviram de bases na implantação do novo modo de vida burguês.

Como revela Carvalho (1987), no ano de 1891, pouco tempo após a abolição da escravatura, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível na cidade do Rio de Janeiro. “Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade” (p. 19).

A necessidade de providências acerca do controle das epidemias e redução da taxa de mortalidade justificava não só a propagação dos preceitos de higiene nos lares e nos espaços físicos, bem como a solicitação dos médicos higienistas às autoridades governamentais sobre medidas de saneamento.

Assume o caráter de necessidade nacional o imediato saneamento. Extingamos os focos contaminadores, abramos valas de escoamento, previnamos o homem das infecções, que o inutilizam para as grandes conquistas, e teremos feito a mais patriótica das obras. São de conceituado higienista as seguintes palavras: "Julgo impatriótico e imoral quem, conhecendo as calamidades que arruinam a felicidade do

homem e ameaçam o futuro da raça, não grite aos quatro ventos a maneira infalível de os evitar (Gonçalves, 1925, p. 459).

Se a ideia era redefinir a sociedade brasileira, baseando-se em um novo estilo de vida e formando um homem apto e capaz de contribuir com a nação, fazia-se necessário tentar resolver as mazelas que acometiam o povo brasileiro. Neste intuito, a ciência, sobretudo a medicina, foi aliada dos ideais políticos.

A medicina tem uma missão social que a coloca de tal modo acima de todos os ramos dos conhecimentos humanos que Ella pode bem desprezar as oposições que encontre. Ella trouxe a vacina ao berço do recém-nascido para preservá-lo das horríveis conseqüências da varíola; ela soube regradar seu regime de maneira a facilitar a passagem da vida intra-uterina á vida do seio e á da vida independente; estudando os detalhes de sua organização e a influencia que lhe impressionam os fatores externos, Ella descobriu os meios de preservar e conservar a vida a ponto de ter prolongado a duração média da existência; ela é enfim, a dispensadora de todas as fontes necessárias ao homem para neutralizar os efeitos destruidores de seus excessos, de suas paixões, de seu modo de viver, de nutrir, de se vestir, e desde o nascimento até a morte ela o acompanha, fazendo-lhe perpetuamente sentir que não vive senão pela proteção **higiênica ou terapêutica**. (Moncorvo Filho, 1904, p. 283, grifo do autor).

O argumento médico era a higienização. E, de fato, difundir preceitos de higiene era necessário num contexto social em que os índices de mortalidade e epidemias eram assustadores¹¹. No entanto, como constatamos nas ideias de Moncorvo Filho, as propostas higienistas não se restringiram somente à higiene física ou dos espaços, foram direcionadas à moral, à mente e ao comportamento humano.

Sobre os valores vinculados à moral e ao modo de vida dos indivíduos, versava o ideário da higiene mental que ora nos propomos a analisar. Analisamos também, nos documentos de caráter higienista, preocupações abordadas numa combinação entre valores morais e medidas relacionadas à saúde física e higiene. Moraes (1925), ao refletir sobre as

¹¹ O Rio de Janeiro “[...] era conhecido pelas freqüentes epidemias de febre amarela, varíola, peste bubônica. Era cidade ainda colonial, de ruas desordenadas e estreitas, com precário serviço de esgoto e de abastecimento de água (Carvalho, 2008, p. 73).

consequências do crescimento populacional nas cidades e das más condições de vida das classes proletárias, atrelou preocupações com a saúde física e a moralidade. Vejamos:

[...] as obras de remodelação estética e de higiene das cidades obrigam as demolições, que não são compensadas por construções equivalentes. [...] consequências: aglomerações de muitas pessoas em espaços reduzidos; mistura de adultos com crianças num só compartimento; **reunião em uma só casa, de gente honesta e desonesta, em inevitável promiscuidade**. São, portanto, as habitações a que estamos aludindo, não somente nocivas á saúde dos seus ocupantes, como á sua moralidade (1925, p. 70, grifo nosso).

As intervenções relacionadas à mente e à moral foram, em geral, assumidas pelo grupo de higienistas que compunham a Liga Brasileira de Higiene Mental. Eles se especializaram no ramo dos valores sociais e na propagação de preceitos e hábitos de vida relacionados à formação do indivíduo mental e moralmente saudável e, acima de tudo, que estivesse apto para contribuir com a nação. Nesta perspectiva, a solução dos problemas sociais que atingiam a sociedade da época estava na formação do indivíduo.

Desta ideia, surgiram preocupações com a infância e, como corolário, deu-se destaque à maternidade. A exaltação dos cuidados maternos tinha uma razão de extrema importância: o alto índice de mortalidade infantil, que trataremos no item a seguir.

3.2 A MORTALIDADE INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA AMAMENTAÇÃO

As preocupações dos médicos-higienistas com a infância variavam desde o combate à mortalidade infantil até a formação e educação da criança de acordo com os padrões estabelecidos para a sociedade da época, ou seja, a sociedade burguesa.

Um dos problemas mais importantes que devem, hoje em dia, preocupar a povos e governos, é, sem duvida, o da criança. Representa a criança, de fato, a humanidade em potência; não é o embrião do homem, como já se disse, senão outra coisa totalmente distinta: é a criança uma fração da coletividade em via de transformar-se e de integrar o capital humano com valores sempre renovados. Por isso, o problema da criança deve ser focalizado de modo diverso do que o tem sido até ao presente: é um problema sui-generis, é o problema dos problemas, porque dele vai surgir tudo o mais, a vida que se

expande em sua floração mais aprimorada, o porvir do homem que se sobrepõe a todas as causas do definhamento e menoscabo que sobre ele incidiram, até erguer-se triunfante no dorso alcanforado dos tempos! (Delfino, 1930, p. 199).

Esta preocupação estava pautada no alto índice de mortalidade infantil que se tornara um problema frente à nova ordenação social. A escassez de mão de obra constituía a realidade do país em tempos de trabalho assalariado, de produção em massa, de exportação e expansão do comércio, faltavam trabalhadores, ou ainda, como se refere o médico Almir Madeira (1925), faltavam filhos e braços. “O Brasil tem necessidade de muitos filhos que lhe povoem e cultivem o extensíssimo território. Precisamos de braços, muitos braços para arrancar das terras ubérrimas e despovoadas toda a imensa riqueza que dorme nas suas entranhas [...]” (p. 66).

A alta taxa de mortalidade infantil, que vinha compondo a história brasileira desde longa data¹², naquele momento, recebia atenção especial. A morte de crianças não era mais aceita e nem justificada pelos argumentos divinos como fora anteriormente. O tema da mortalidade infantil tornou-se preocupação social, um novo discurso regido por novas necessidades: “A letalidade infantil aí está sempre a nos demonstrar o imperioso dever de se cuidar da proteção das criancinhas e, destas, são as primeiras idades que requerem certamente maior soma de cuidados” (Moncorvo Filho, 1904, p. 283).

Para Moncorvo Filho (1909), os índices de mortalidade infantil eram mais alarmantes no primeiro ano de vida, sendo as doenças gastrointestinais e a alimentação do bebê realizada de modo impróprio, as principais causas das mortes de recém-nascidos. Iniciaram-se as campanhas em prol do aleitamento materno.

No período colonial e escravagista, o ato de amamentar e todos os cuidados relacionados aos bebês e às crianças eram tarefas destinadas às mulheres negras, escravas e amas de leite. Para G. Freire (2006), isto era resultado da “[...] impossibilidade física das mães de atenderem a esse primeiro dever de maternidade. Já vimos que se casavam todas antes do tempo; algumas fisicamente incapazes de ser mãe em toda plenitude” (p. 443).

As mulheres negras e escravas, de acordo com G. Freire (2006), eram consideradas mais fortes fisicamente e mais adaptadas ao clima quente e tropical do país. Por isto, a escrava amamentava não somente os filhos das mulheres brancas, como os próprios filhos. Como demonstra o pintor Lucílio de Albuquerque na tela intitulada *Mãe Preta*, ele retrata uma

¹² Gilberto Freire (2006) descreve, no período colonial, o caráter divino e naturalizado atribuído às mortes das crianças. “Filhos muitas vezes nascidos mortos – anjos que iam logo se enterrar em caixões azuis. Outros que se salvavam da morte por milagre” (p. 443).

mulher negra que amamenta uma criança branca, numa troca de olhares com um bebê que está próximo, supostamente seu filho.



Figura 9. Mãe Preta (Lucílio de Albuquerque, 1912).

Tarsila do Amaral, pintora brasileira, em sua obra intitulada *A Negra*¹³ retratou uma mulher negra com seio grande, referindo-se a um dos papéis da mulher escrava.



Figura 10. A Negra (Tarsila do Amaral, 1923).

Todavia, com as transformações na organização social e novos conhecimentos na área da saúde, a amamentação pela ama de leite passou a ser condenada pelos médicos higienistas, porque consideravam que esta deveria ser tarefa única e exclusiva da mãe biológica. Somente em casos de impossibilidade de a mãe amamentar, por exemplo, falta de leite ou a mãe estar com alguma doença contagiosa, o bebê poderia ser amamentado pelas

¹³ “Essa negra de seios grandes, fez parte da infância de Tarsila, pois seu pai era um grande fazendeiro, e as negras, geralmente filhas de escravos, eram as amas-secas, espécies de babás que cuidavam das crianças” (Chagas, 2010).

amas de leite, desde que estas amas passassem pelo crivo médico e fossem instruídas quanto à higiene.

Moncorvo Filho desenvolveu um “Projeto de regulamentação do serviço das amas de leite”, no qual as amas deveriam passar por avaliação médica, orientações sobre higiene e alimentação própria, instruções sobre as mamadas, com os devidos intervalos de tempo, etc., e receber um certificado comprovando que foram examinadas pelo “Serviço de Amas de Leite do Dispensário Moncorvo” (Moncorvo Filho, 1904).

As medidas de prevenção à transmissão de doenças por meio da amamentação visavam proteger o recém-nascido. No entanto, esta transmissão também poderia ocorrer inversamente, ou seja, as amas também se contaminavam caso o bebê estivesse com alguma doença, como apontou G. Freire (2006):

É igualmente de supor que muita mãe negra, ama-de-leite, tenha sido contaminada pelo menino de peito, alastrando-se também por esse meio, da casa-grande à senzala, a mancha da sífilis. Já o Dr. José de Góis e Siqueira, em estudo publicado em 1877, julgava que se deviam sujeitar a multas e indenizações aqueles que, sem escrúpulo, entregavam os filhos sífilíticos aos cuidados de amas em perfeita saúde, "Sendo o aleitamento um dos meios comuns de transmissão, compreende-se quantos resultados favoráveis à população produzirá uma medida de natureza tão simples e de fácil exequibilidade". As negras amas-de-leite "não poderiam se entregar ao aleitamento mercenário sem atestações ou exames de sanidade pelo médico competente"; mas também "teriam o direito de reclamação sobre os pais ou tutores dos meninos que lhes houvessem comunicado a moléstia sífilítica". É claro que, sifilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. (p. 390, grifo do autor).

Na perspectiva higienista, o discurso em prol da amamentação assumiu dois aspectos. Por um lado, as preocupações giravam em torno do combate à mortalidade infantil, da prevenção de doenças que poderiam ser propagadas por meio do “aleitamento mercenário” e as recomendações sobre a alimentação dos recém-nascidos. Por outro, acreditava-se que “o caráter da criança se amolda pelo da ama, pensando-se assim na transmissão de taras, de falhas e sentimentos por intermédio do leite” (Vilhena, 1925, p. 117).

Os argumentos eram muitos, as mulheres de famílias ricas foram criticadas como ociosas e preguiçosas, por deixar aos cuidados de empregados “o filho que deveria ser reflexo dos pais e, principalmente da mãe, sai-lhe totalmente diferente, retrata-se pela governante, que, infelizmente, a maior parte das vezes, **não é modelo digno de imitação**” (Vilhena, 1925, p. 117, grifo nosso).

Sob este mesmo raciocínio, Fontenelle (1925) salientou:

[...] a necessidade de ensinar as mães como formar os primeiros hábitos de seus filhinhos, adaptando-os da melhor maneira aos problemas iniciais da vida, como a alimentação, o sono, o asseio, a disciplina, etc. Mas a verdade é que não poucas mães abandonam os cuidados educativos iniciais a amas e criadas, e que elas próprias, na grande maioria dos casos, não estão em situação de levar a cabo esse trabalho (p. 8).

A figura da ama ou escrava passou a ser vista como propagadora de doenças e maus hábitos para a criança que há tão pouco tempo crescia em seus braços. A mãe foi solicitada a cuidar do filho de acordo com as normas e valores estabelecidos para a época. Dentre os argumentos sobre a importância de a mãe amamentar o filho, talvez o mais forte deles relacionava-se à amamentação como ato instintivo de amor. “Deveis lembrar-vos que não há ato mais belo do que uma mãe dar o seio a seu filho; destarte representa ela um papel quase divino” (Gurgel, 1907, p. 9).

Rompendo com os laços antigos e fortalecendo uma nova forma de vínculo entre mãe e filho, as mulheres foram instruídas a amamentar sua prole:

Toda mãe deve, por conseguinte, procurar alimentar, por si própria, o pequenino, ao qual dotou a natureza das necessárias condições para viver sob a tutela materna pela comunidade que estabelece a lactação; se esses laços sabiamente prestabelecidos se rompem, resulta desequilíbrio que redundará em prejuízo para o mais débil (Moncorvo Filho, 1907, p. 5).

A arte ilustra esta afirmação dos médicos higienistas, tal como podemos observar na tela de Eliseu Visconti (Figura 11).



Figura 11. Maternidade (Eliseu Visconti, 1905).

No ideário da higiene mental, se a mulher não cuidasse, educasse e orientasse os filhos com a devida dedicação, essas crianças seriam os futuros adultos delinquentes, alcoolistas e desocupados da sociedade. Para Souza (1942), “a maior parte das crianças mal cuidadas e vigiadas torna-se viciada ou delinquente, pela longa ausência dos pais que trabalham fora do ambiente familiar” (p. 11).

Nesta perspectiva, uma boa mãe, “higienizada”, teria um bom filho. Aceito este princípio, passava-se a acreditar que “[...] o feitiço da humanidade futura depende do modo pelo qual cuidarmos, orientarmos e educarmos a infância de agora – então! – é força confessar que a nossa responsabilidade é tremenda!” (Vianna, 1925, p. 180).

O discurso médico higienista era intensamente envolvido pelos ideais patrióticos. A proposta de transformação da nação e de um novo modelo de homem adequado à época era explícita:

Assiste-se, de todos os recantos do país, a esse grandioso movimento, altamente patriótico e humano; ouvem-se, de todos os lados, as vozes mais autorizadas da ciência brasileira; pregando o verdadeiro nacionalismo; instalam-se congressos; fundam-se associações e institutos de filantropia e obras sociais; apela-se para uma nova legislação, e pede-se o alto patrocínio dos dirigentes e governos; **alarga-se dia a dia a missão social da nossa medicina**. Para que? Para que o Brasil de ontem e de amanhã nos dê o de hoje que não temos (Vianna, 1925, p. 180, grifo nosso).

A maternidade foi abordada como um ato de patriotismo. Cuidar dos filhos, seguindo os princípios higienistas, era visto como a mais nobre função feminina, desta forma, a mulher contribuiria para a transformação da nação e geraria homens fortes e preparados. Exaltadas como “mães extremosas” e solicitadas a evitar “[...] os prejuízos que aniquilam os vossos filhos, para que tenhaes a glória suprema de constituirdes uma raça forte, preparada no físico para os escolhos da vida e dispostas às conquistas e vitórias para a felicidade desta pátria” (Moncorvo Filho, 1907, p. 3-4).

Olavo Bilac, poeta brasileiro, envolvido pelo patriotismo e ideais políticos da época, discursou às mulheres, enaltecendo a maternidade:

[...] entre as mulheres brasileiras, que me ouvem e te aplaudem, algumas há, que já tiveram a doce ventura de ser mães; — e, entre essas mães, não há uma só, que não aspire a incomparável felicidade de ter um filho, capaz de prestar a Pátria, a grande Mãe comum e adorada, os serviços que lhe prestaste... Que gloria maior pode caber a um homem na terra?! (Bilac, 1916, p. 342-343).

E sendo a arte uma forma de expressão do homem, que traz as marcas de seu tempo e contexto histórico, a mulher, com uma criança no colo, como exaltação à maternidade, serviu de inspiração aos pintores brasileiros em todas as décadas do período focalizado neste estudo, como podemos observar nas telas a seguir.



Figura 12. Maternidade (Lasar Segall, 1922).

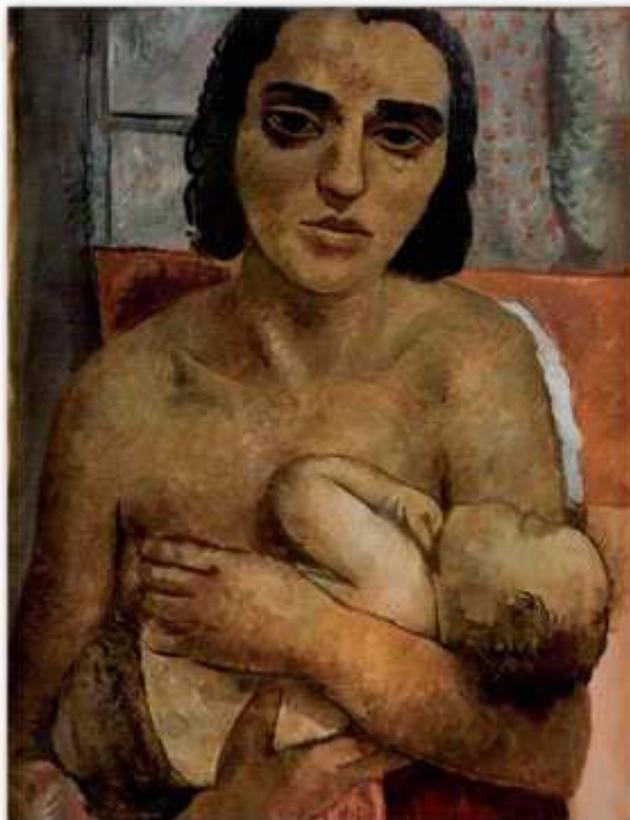


Figura 13. Maternidade (Lasar Segall, 1936).



Figura 14. Maternidade (Emiliano Di Cavalcanti, 1937).



Figura 15. Maternidade (Tarsila do Amaral, 1938).



Figura 16. Mãe Preta. (Candido Portinari, 1940).

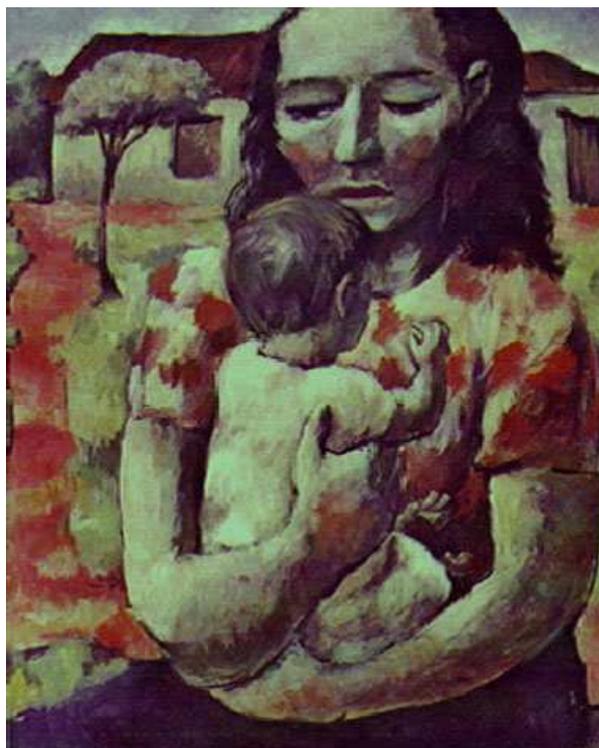


Figura 17. Maternidade (Carlos Prado, 1946).

As preocupações da época acerca dos cuidados maternos, mais especificamente da elite intelectual brasileira, não se restringiram à amamentação oferecida pela mãe biológica, os períodos iniciais da vida eram de interesse médico, inclusive, o da gestação, que discutiremos a seguir.

3.3 A GESTAÇÃO DE UMA RAÇA

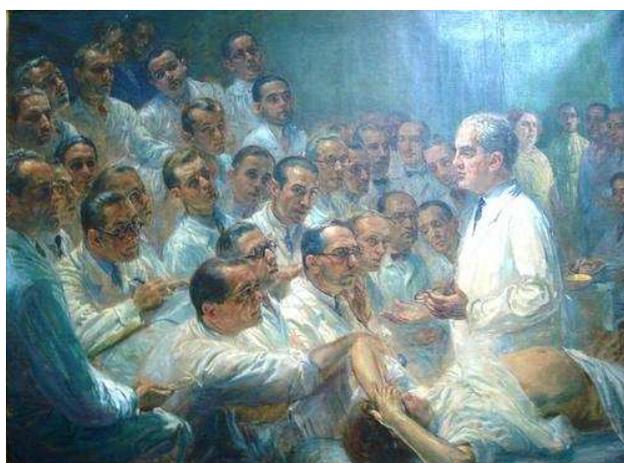


Figura 18. Acadêmico Fernando de Magalhães em aula prática de obstetrícia (Roberto Fantuzzi, 1931).

Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (1878 – 1944), professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desenvolveu importantes estudos referentes aos aspectos biológicos da gravidez, dentre as suas obras, destacam-se: *A questão do Fórceps, Operação Cesariana, Inversão Uterina, Tratamento da Eclampsia, A Obstetrícia no Brasil*¹⁴.

No entanto, o trabalho de Fernando Magalhães não se restringiu aos temas relacionados à obstetrícia e ginecologia, atuou ainda frente às questões políticas e sociais do país. Foi deputado estadual do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, e fundador da Pró-Matre, entidade beneficente que atendia gestantes e recém-nascidos (Carneiro, 2010). Participou do I Congresso de Proteção à Infância, organizado por Moncorvo Filho, abordando a temática do aborto. No Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene em 1923, chamou a atenção para a necessidade de aprimorar a legislação referente à proteção à maternidade (Rodhen, 2000).

Constatamos, no discurso de Fernando Magalhães¹⁵, a influência do espírito patriótico, o afã de constituir uma nova nação e as intensas inquietações em relação à miséria social do país e, especialmente, com as questões relacionadas à mortalidade infantil. Fernando Magalhães, assim se posicionava: "Uma criança que se perde, material ou moralmente, não significa somente uma saudade para a família, uma vergonha para os pais; é, mais do que isto, uma força que se perde para a sociedade" (Gondra, 2000).

Como apresentamos no capítulo anterior, dentre os principais objetivos da *Liga Brasileira de Higiene Mental*, estava o de realizar “[...] um programa de higiene mental e de eugenética no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais” (Caldas, 1930, p. 71). Neste objetivo, ficam explícitas as tendências eugenistas presentes nos encaminhamentos dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Para a elevação moral e o engrandecimento da nação, a eugenia propunha, basicamente, estimular os nascimentos desejáveis (eugenia positiva) e desencorajar

¹⁴ Biografia de Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães. Recuperado em 14 de novembro de 2010. Obtido em <http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?infoid=1061&editonsectionid=110>.

¹⁵ Gondra (2000), em seu trabalho intitulado *A Sementeira do Porvir: higiene e infância no século XIX*, realizou um estudo acerca dos discursos sobre a infância em fins do século XIX e início do século XX. Neste estudo, analisou os documentos produzidos pelos médicos e membros da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e apresentou trechos do discurso de Fernando Magalhães realizado no I Congresso de Proteção à Infância em 1922. Recuperado em 10 de novembro de 2010. Obtido em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000100008#nota09.

deliberadamente a união e a procriação dos tarados e degenerados, considerados nocivos à sociedade. Nesta categoria estavam incluídas as pessoas tuberculosas, as sífilíticas, as alcoolistas, as epiléticas, as alienadas e tantos outros indesejáveis (eugenia negativa) (Boarini, 2003, p. 29).

Movidos pela ideia de constituir um povo forte, as preocupações higienistas e eugenistas acompanhavam toda a trajetória de vida do ser humano. Podemos supor que seria, então, desde o nascimento até a morte. Mas, além disto, as preocupações antecediam o nascimento, já que estavam também relacionadas ao período de gestação da mulher¹⁶.

“Puericultura intrauterina” para Moncorvo Filho (1907), ou “Hygiene Pré-natal” para Moraes (1926), as teorias acerca da gravidez propunham inúmeras recomendações à mulher, dentre estas: o repouso. Notemos:

A puericultura intrauterina refere-se aos cuidados que uma senhora grávida deve merecer, principalmente nos últimos mezes desse melindroso estado, porque prova a observação que as senhoras que vivem em boa higiene, sem condições desfavoráveis a sua vida, produzem filhos fortes e sãos. Ao contrário, as que têm uma vida penosa, cheia de trabalhos, ocupando-se em ofícios pesados (lavagem de roupa, ocupações em fábricas, abuso de máquinas de costura, etc.) são menos felizes nos partos, nascendo seus filhos em más condições (Moncorvo Filho, 1907, p. 78-79).

O médico João Passos, em sua tese intitulada *Da Escravização da Mulher pelo Industrialismo e do Conseqüente Malefício para a Espécie*, apresentada em 1913 à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, critica o trabalho da mulher nas fábricas e indústrias do país, entendendo que a mulher deve ser preservada dos esforços físicos e excessivos. Conforme o autor:

[...] o trabalho industrial da mulher, que é inadmissível social e moralmente. Tem de sofrer, aqui, em biologia, três grandes restrições: no período menstrual, no de

¹⁶ As preocupações eugenistas antecedem até mesmo a gestação. Renato Kehl (1935), um dos principais representantes do eugenismo no Brasil e membro da Liga Brasileira de Hygiene Mental, em sua obra intitulada *Lições de Eugenia*, desenvolveu análises sobre a constituição da prole, elaborou uma tese, baseando-se em estudos da genética e da biologia, sobre a união entre o homem e a mulher. Realizou, nesta obra, uma avaliação médica para o matrimônio que atesta as condições de saúde do casal, avaliando aspectos relacionados à saúde física e mental.

gestação e no de lactação. Sobrecarregar com esforços físicos obrigatórios um organismo presa da máxima atividade fisiológica é positivamente um grande crime (Passos, 1913, p. 29).

E não somente nos aspectos físicos seguiam as prescrições médicas à mulher grávida, para os higienistas, o emocional da mulher, neste período, também merecia cuidados.

Junto às mulheres em período de gestação seria de se pensar o que fazer para o futuro psíquico do nascituro. Tudo que evitasse ou minorasse na gestante as comoções, as penas da miséria, os sustos, os medos, os temores, os pavores, as tristezas, as preocupações exageradas e o mais que pudesse ter uma influencia *psíquica* desfavorável, teria de ser considerado no programa proposto. (Esposel, 1925, p. 103-104).

E ainda, segundo Ernani Lopes,

[...] deve haver uma puericultura de ordem moral, desde a fase pré-natal. Procurando-se poupar a mulher grávida quaisquer leituras e espetáculos impressionantes, quaisquer preocupações, emfim, pois nada disso será indiferente a orientação moral do futuro indivíduo (1925, p. 186, grifo nosso).

Convém atentar ao destaque dado por Ernani Lopes quando se refere ao “futuro indivíduo”, esta é a preocupação central dos médicos higienistas. “Se quisermos conseguir uma humanidade forte e perfeita, *physica* e moralmente, temos de cercar a mulher [...]” (Passos, 1913, p. 30-31). Cercar pode ter dois sentidos, o primeiro de proteger e o segundo de delimitar por valores morais quanto ao seu papel na família e na sociedade, como afirma Passos: “[...] a missão moral e social da mulher só pode ser dignamente preenchida tendo Ella por centro o lar domestico, na qualidade de mãe, de Esposa [...]” (p. 57-58).

Entretanto, para cercá-la no sentido de protegê-la, dependia de muitos outros fatores, dentre eles, condições reais de vida que permitissem que a mulher, por exemplo, repousasse no período de gravidez. Tantas vezes, o projeto de reconstrução da nação e de um povo forte esbarra nas reais condições de vida da população. “Franzinos, raquíticos, serão também os filhos da mulher operária cujo organismo se enfraquecera na labuta diária da oficina, quando

de repouso e cuidados muita vez ainda necessitava durante a evolução de sua vida genital” (Gouvêa, 1916, p. 6).

Quase três décadas após, Portinari ilustra a situação desta mulher referida por Gouvêa, embora o cenário seja tão ou mais dramático que “a labuta da oficina”. Na tela intitulada *Retirante Grávida* (Figura 19), Portinari retrata a difícil situação da seca, o sofrimento e a penúria da mulher retirante em período de gestação.



Figura 19. Retirante Grávida (Candido Portinari, 1945).

3.4 A FAMÍLIA: “O ALTAR ONDE IMPERA A MULHER”

Lindolfo Xavier (1928) descreve o raciocínio proposto como solução para a “salvação da pátria”.

A família prepara para a Pátria. Esta generaliza-se na humanidade. Mas para que o todo seja homogêneo e harmônico é preciso que as partes o sejam. Delas a mais básica é a família, que cimenta e sustenta as outras. Que é a família? É o altar, onde impera a mulher. Qual a sua missão? Preparar os cidadãos para a Pátria. Quem os vai dirigir para tal missão? A mulher (p. 135).

No intuito de estabelecer um modelo de família típico para a sociedade burguesa, redefiniam-se os papéis no âmbito familiar. A mulher foi responsabilizada não somente pelos

cuidados com os filhos, como pelo equilíbrio e ajustamento da família conforme os preceitos ditados pela higiene mental. Para Porto Carrero (1929), a mulher:

É a espécie que se representa na vida social, nos conceitos da pátria e de humanidade. E a vós, minhas senhoras, a vós, ás mulheres, á parte mais útil na função procriadora, vós, á melhor metade da espécie humana, a vós, cabe, principalmente a guarda dessa perpetua conservação que é a felicidade da família, a grandeza da Pátria, a paz eterna entre os homens, na terra (p. 132).

Desta forma, além da maternidade, a mulher idealizada pelos higienistas tinha seu lugar determinado na família e no lar. “Se o lar não é feliz a culpa é das mulheres. Das mulheres não educadas, não educadas para esposas e para mães, para o lar” (Peixoto, 1944, p. 316). O “lar feliz” dependeria do modo como a mulher conduzisse as atividades domésticas e cuidasse dos filhos.

Segundo Peixoto (1944), as mulheres necessitavam ser educadas quanto ao seu papel de mãe, esposa e dona de casa. “À medida que as mulheres se educarem, ou se forem educando, irá melhorando o mundo. A felicidade comum depende da educação da mulher. Com essa educação, educará os filhos, maridos e esposas dos outros, da geração vindoura. Educada e educadora” (p. 316).

A mulher foi incumbida de permanecer no lar, cuidando dos filhos e mantendo a ordem da casa e da família. “A mulher, pode-se assim dizer, é o leme do barco em que a família navega. Só ela sabe educar com afeto e ternura. O seu coração é mais sensível e fraternal” (Monteiro, 1925, p. 581).

O discurso da higiene mental que exalta a mulher como ente sublime, terno e afetuoso adentrou-se pelos lares e famílias burguesas. Lima Barreto (2004), em sua crônica intitulada *A Mulher Brasileira*, escrita em 1911, descreve e também questiona situações familiares em que a mulher era exaltada.

“A mulher, esse ente sublime...” E vai por aí, escachoando imagens do *Orador familiar*; e fazendo citações de outros que nunca leu, exaltando as qualidades da mulher brasileira, quer como mãe, quer como esposa, quer como filha, quer como irmã. A enumeração não foi completa; é que o meio não lhe permitia completá-la. É uma cena que se repete em todos os festivos ágapes familiares, às vezes mesmo nos

de alto bordo. Haverá mesmo razão para tantos gabos? Os oradores terão razão? Vale a pena examinar. Não direi que, como mães, as nossas mulheres não mereçam esses gabos; mas isso não é propriedade exclusiva delas e de todas as mulheres, desde as esquimós até às australianas, são merecedoras dele. Fora daí, o orador estará com a verdade? (p.73)

3.5 O TRABALHO FEMININO NAS FÁBRICAS

A mulher foi direcionada ao lar e aos cuidados com os filhos num período em que a força de trabalho feminina fazia parte da estrutura econômica e social do país. Não somente as mulheres foram convocadas para o trabalho, até as crianças compuseram o quadro de trabalhadores do país em fins do século XIX e início do século XX. Como afirma Pena (1981), a respeito do trabalho nas fábricas, “comprar a força de trabalho feminina (e infantil) para operar as primeiras unidades fabris no Brasil correspondia à única alternativa viável numa conjuntura na qual a economia enfrentava escassez de mão de obra” (p. 123).

A necessidade de mão de obra feminina advém da dinâmica de produção capitalista e se apresenta desde séculos anteriores. Marx (1983) ao abordar sobre a jornada de trabalho nas fábricas da Inglaterra em meados do século XIX descreve a presença feminina e infantil em minas de carvão, metalúrgicas e nas pilhas de coque. Vejamos,

Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos e crianças de ambos os sexos. A idade das crianças e das pessoas jovens percorre todas as etapas intermediárias dos 8 anos (em alguns casos, dos 6) até os 18 anos. Em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham também à noite junto com o pessoal masculino (p. 206).

A tela intitulada *Operários* (Figura 20), em que a massa trabalhadora retratada por Tarsila do Amaral é constituída por homens e mulheres, ilustra o cenário do operariado brasileiro na década de 30, no Brasil. Embora, muitas vezes, omitida pelo discurso da época, a mulher pobre e trabalhadora foi retratada pela arte.



Figura 20. Operários (Tarsila do Amaral, 1933).

Em outra tela (figura 21), Portinari retratou a mulher adequando-se à condição de mãe e trabalhadora, evidenciando a impossibilidade da mulher da classe trabalhadora de se manter em casa cuidando apenas dos filhos e dos afazeres domésticos. As altas taxas de mortalidade¹⁷, a carência de mão de obra e a própria necessidade de sobrevivência eram fatores que impediam a mulher de se restringir ao ambiente doméstico e, portanto, seguir os preceitos higienistas.

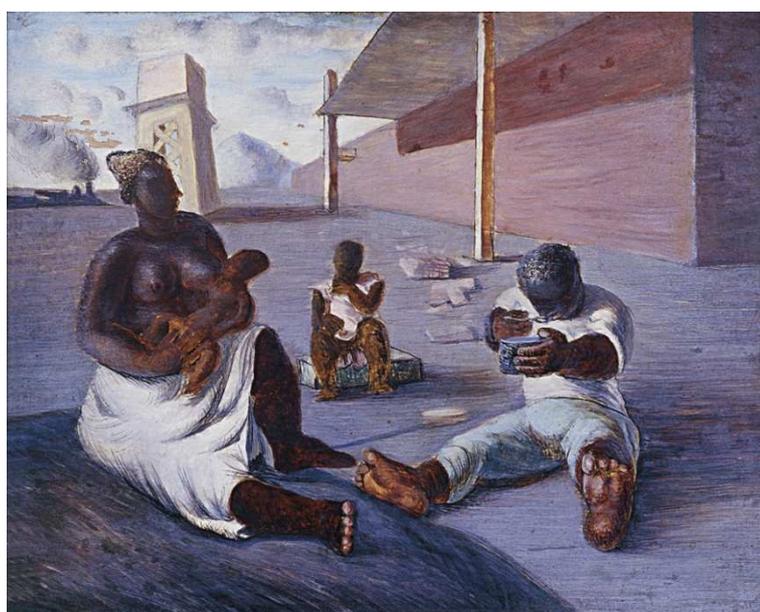


Figura 21. Operário (Candido Portinari, 1934).

¹⁷ Como abordamos anteriormente no item 3.2.

Não parecendo ter condições de cumprir os preceitos da higiene, nem física, dirá mentalmente, conforme a orientação de Porto Carrero (1930):

Urge manter a mulher o seu sexo: orientá-la para profissões que correspondam devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessária a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade pouco penosa, pela higiene física e mental. É preciso, principalmente, não perder de vista que a função da mulher não está completa sem a maternidade. (Porto Carrero, 1930, p. 164).

A tela intitulada *Operário* (Figura 21), supostamente, faz referência a um intervalo dos trabalhadores na fábrica, talvez o horário de refeição. A mulher está amamentando o bebê que, possivelmente, habitava em instalações próximas à fábrica. Segundo Rago (1985), nas primeiras décadas do século XX, na tentativa de disciplinar e integrar a força de trabalho, alguns industriais construíram as vilas operárias, lugares próximos às fábricas em que residiam os trabalhadores.

No Rio de Janeiro, a Cia. Progresso Industrial do Brasil, fundada em 1889, possuía casas para operários, com luz elétrica e água encanada. A Cia. América Fabril construía 259 casas para seus empregados, além de outros **benefícios**, enquanto que a Cia. De Fiação e Tecelagem Aliança fornecia, além de 152 residências, um serviço de assistência médica, uma farmácia, duas escolas, uma creche e ainda um fundo de assistência para atender às pensões dos funcionários falecidos. A fábrica de fiação de tecidos Corcovado possuía duas escolas para crianças, uma creche, armazém de alimentos e farmácia. (Rago, 1985, p. 35, grifo do autor).

É necessário lembrar que o surgimento das creches no Brasil foi atrelado à industrialização do país e à necessidade da mão de obra feminina nesse processo. De acordo com Kuhlmann “[...] no período da República, criam-se as primeiras instituições, chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país” (2000, p. 8).

Desde fins do século XIX, muitas crianças brasileiras cresceram nas creches, longe dos cuidados maternos. Sendo assim, nem sempre os preceitos higienistas em relação à maternidade poderiam ser postos em prática pelas mulheres que trabalhavam fora

de casa, uma vez que a mãe não tinha como acompanhar e nem supervisionar o crescimento, a educação e a saúde dos filhos.

Moncorvo Filho dissertava, em seus trabalhos, sobre a importância de instituições como creches e jardins de infância, visto que era uma maneira de dar assistência e proteção aos filhos das mães que trabalhavam.

Fomentará ainda o Instituto de Proteção á Infância a criação de pequenos asilos de maternidade para o recolhimento das mulheres nos últimos mezes da gestação; de **creches** para receber e alimentar durante o dia as crianças menores de dois anos, enquanto suas progenitoras se entregam aos trabalhos habituais; de jardins de infância, etc., etc. (Moncorvo Filho, 1926, p. 143, grifo do autor).

Não obstante a preocupação com a infância e com a saúde das crianças, os higienistas, com frequência, não consideravam que o trabalho feminino era, em geral, uma necessidade econômica e que, por esta razão, as mães viam-se obrigadas a deixar o lar e os filhos. Constatamos, pelas palavras do médico Nascimento Gurgel (1907) ao referir-se sobre uma mulher que deixou de amamentar para trabalhar, que a avaliou como criminosa por esta atitude.

Há poucos dias ainda, observei neste Instituto o caso de uma moça de vinte e poucos anos, robusta, corada, que, empregando-se como arrumadeira de quartos e não podendo ter consigo seu filho de poucos meses de idade, aceitou um conselho, que lhe deu uma conhecida, de tomar chá de salsa, para secar o leite, que era abundante e sadio; pô-lo em prática e então passou a criança rapidamente a ser alimentada com farinhas diversas; a consequência foi entrar esta em pouco tempo em grande prostração, apresentando hoje moléstia muito grave. Como este, muitos outros fatos são diariamente observados nesta casa. Nunca faça isto, pois a mãe que assim pratica é uma criminosa (Gurgel, 1907, p. 9).

Envolvidos pela divulgação do ideário da higiene mental, os homens, em suas manifestações e protestos, por vezes, também se posicionavam contra o trabalho feminino. Fausto (2000) revela o que um operário de uma fábrica de tecidos do Rio de Janeiro, em 1917, discursou em relação ao papel social da mulher:

[...] não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa a tratar e educar seus filhos...; oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; **o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis**, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (p.116, grifos nosso).

Desta forma, o discurso da higiene mental ganhava força e, também nas reuniões e reivindicações por melhores condições de trabalho da classe operária, a mulher era condenada por trabalhar. Apesar de, na interpretação de Pena (1981) e Fausto (2000), a presença das mulheres trabalhadoras das fábricas, nas greves e protestos operários na primeira metade do século XX, fosse tímida e desorganizada, esta participação foi retratada pelo pintor Emiliano Di Cavalcanti (Figura 22).



Figura 22. Mulheres protestando (Emiliano Di Cavalcanti, 1941).

E não somente o fardo da “mãe desnaturada” pesava sobre a mulher trabalhadora, outras conotações de cunho moral lhe foram atribuídas. Lima Barreto (1881 -1922), em sua obra intitulada *Clara dos Anjos*, explicita como se pensava na época a respeito do trabalho feminino.

A muito custo, devido às insistências de Dona Margarida, consentira em ajudá-la nos bordados, trabalhados para fora, com o que ia ganhando algum dinheiro. **Não que ela fosse vadia**, ao contrário; mas tinha um tolo escrúpulo de ganhar dinheiro por suas próprias mãos. Parecia feio a uma moça ou a uma mulher (Barreto, 1990, p. 90, grifo nosso).

Tolo e feio escrúpulo de trabalhar, porém tão necessário às mulheres brasileiras. Em meio às teses do “Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia”, na sessão que abordava o tema “Pedagogia”, Maria Lacerda de Moura (1925) coloca a questão da mulher trabalhadora em cheque:

Não façamos confusões: há ou não mulheres que precisam trabalhar seja aonde for para não morrer de fome e não cair na prostituição? **A sociedade atual protege a mulher, dá-lhe conforto para que ela fique em casa cuidando do lar e dos filhos?** Em conclusão – a sociedade tal como está organizada – é mentira convencional, precisa ruir. A educação feminina e masculina nessa sociedade não pode ser senão fraude: deve ser radicalmente atacada como imoral como corruptora da sociedade futura. Lamentável o grau de degradação que chegamos. Até onde iremos se não trabalhar denodamente para evitar a corrupção que se vai insinuando também nos lares? A educação feminina é a base de qualquer reforma. [...] educada evitará a sua própria escravidão econômica. (p. 471, grifo nosso).

Embora este não fosse o discurso que predominava na época, nota-se que, como o trabalho feminino, a luta e a defesa da mulher não são frutos da atualidade. Rago (2004) informa que Maria Lacerda de Moura é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Fundou, em 1921, a Federação Internacional Feminina. Era anarco-feminista e foi uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical de sua época.

Para Maria Lacerda de Moura, a educação feminina liberaria a mulher de sua condição de subordinação e exploração na família e na sociedade, acreditava que a mulher deveria ser instruída intelectualmente para que pudesse lutar a seu favor (Leite, 1986).

3.6 O TRABALHO FEMININO NO CAMPO E NA AGRICULTURA

É necessário lembrar que o trabalho feminino não era exclusivo dos setores urbanos na primeira metade do século XX. Grande parte da economia do país girava em

torno da exportação dos produtos agrícolas, apesar das crises econômicas em períodos diversos. No setor rural, a mulher também participava do quadro de trabalhadores. A tela intitulada *Café* (Figura 23) de Candido Portinari, retrata a presença feminina na agricultura. Observamos a figura da colona e, ao fundo, mulheres negras com sacas de café na cabeça. Os trabalhadores livres e assalariados dos cafezais eram, em maioria, ex-escravos e imigrantes.



Figura 23: *Café* (Candido Portinari, 1935).

Além da mulher, a figura da criança aparece em várias obras de Portinari. Crianças trabalhando, crianças desnutridas, crianças mortas foram temas explorados por este pintor, demonstrando, assim, a pobreza, a miséria e as más condições de vida dos brasileiros. Uma delas é a tela intitulada *Criança Morta* (Figura 24).

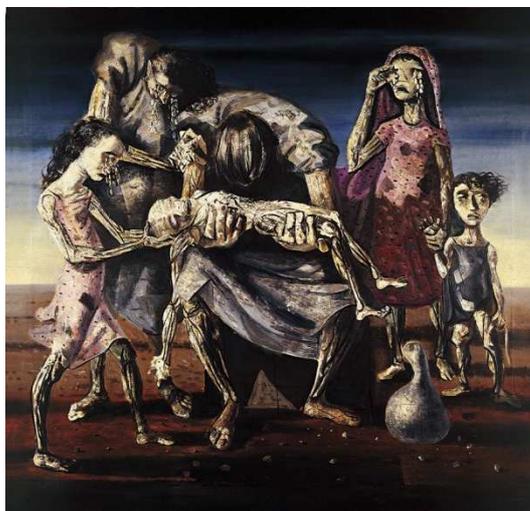


Figura 24. *Criança Morta* (Candido Portinari, 1944).

O modelo de família proposto pelo ideário da higiene mental, em que a mulher estava reservada ao espaço doméstico, cuidando dos filhos, contrapõe-se ao fato de que, muitas vezes, todos os membros da família pobre – mãe, pai e filhos – trabalhavam e viviam fora do espaço doméstico, como mostra a tela intitulada *Colonos carregando café* (Figura 25).



Figura 25. Colonos carregando café (Candido Portinari, 1935).

E não foi somente nas colheitas e plantações de café que Portinari registrou a participação da mão de obra feminina e infantil no campo. Em 1938, ele realizou uma série de pinturas para o prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Rio de Janeiro, abordando a temática “Ciclos Econômicos¹⁸”. Dentre as doze telas pintadas, selecionamos aquelas em que o pintor registra a participação feminina.



¹⁸ Este trabalho de Portinari compõe-se pelas telas: Pau-Brasil, Cana, Gado, Garimpo, Fumo, Algodão, Erva-mate, Café, Cacao, Ferro, Borracha e Carnaúba. Todas estas telas são datadas de 1938, com exceção da obra “Carnaúba” realizada em 1944. Recuperado em 10 de junho de 2010. Obtido em <http://www.portinari.org.br/ppsite/ppacervo/exibeListaOCs.asp?OC=4&indProxObra=1>.

Figura 26. Fumo (Candido Portinari, 1938).

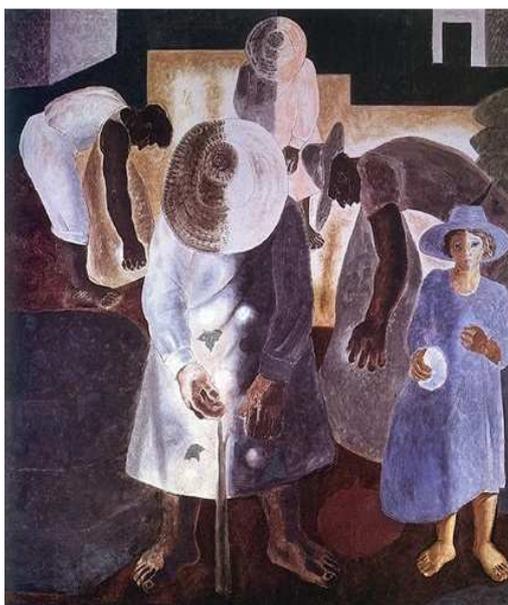


Figura 27 Algodão (Candido Portinari, 1938).

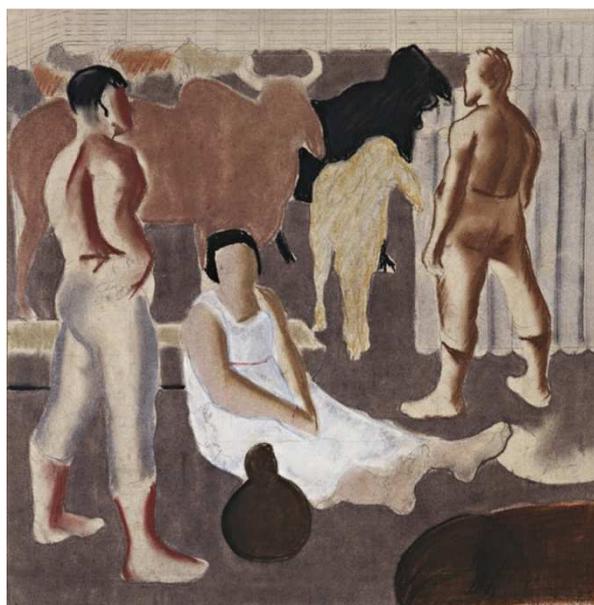


Figura 28. Gado (Candido Portinari, 1938).



Figura 29. Cacau (Candido Portinari, 1938).



Figura 30. Café (Candido Portinari, 1938).

Nas telas intituladas, *Fumo*, *Café* e *Gado*, a figura da mulher aparece sentada, supostamente, demonstrando cansaço pela realização do trabalho pesado, como também pode ser observada na tela intitulada *Café* de 1935, apresentada anteriormente (Figura 23). Nas telas intituladas *Cacau* e *Algodão*, a criança é retratada pelo pintor, revelando que nem mulheres e crianças eram poupadas do trabalho.

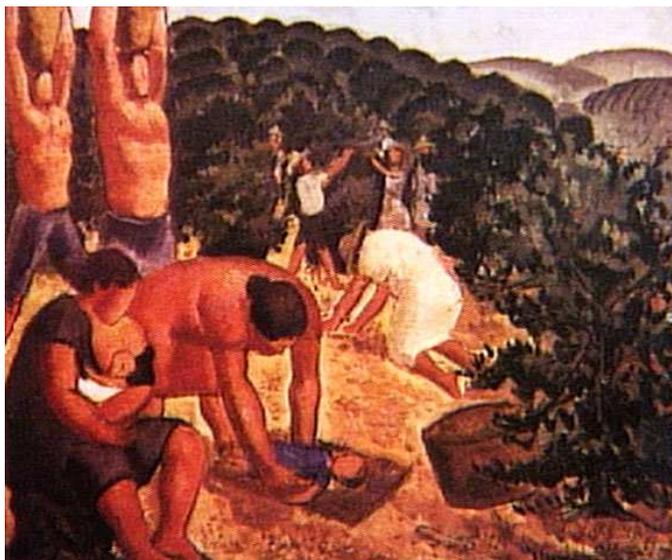


Figura 31. Café-colheita (Quirino Campofiorito, 1930).

Na obra intitulada *Café-colheita* (Figura 31), o que nos chama a atenção é a presença de duas mulheres acompanhadas por dois bebês, supostamente seus filhos. A arte testemunha que até no trabalho do campo, as mulheres não podiam restringir-se ao lar e, menos ainda, seguir os preceitos da higiene física e mental recomendados pelos médicos.

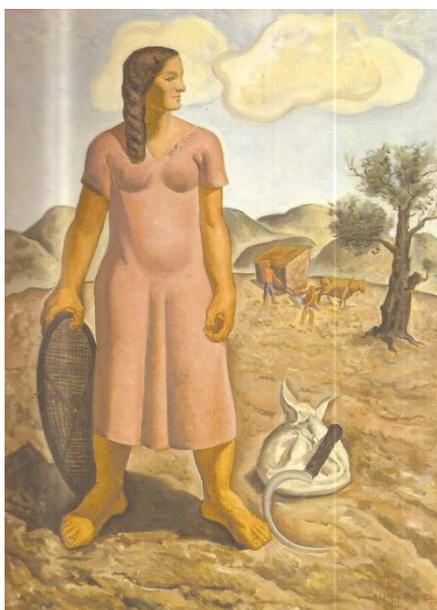


Figura 32. A Camponesa (Quirino Campofiorito, 1944).

Na interpretação de Amaral e Toral (2005), o pintor Quirino Campofiorito (1902-1993) pintou a tela intitulada *A Camponesa* (Figura 32) com o intuito de demonstrar a força e a dignidade do trabalho da camponesa. “A foice a seus pés, é seu instrumento de trabalho

e, ao mesmo tempo, uma alegoria, por ser, juntamente com o martelo, o símbolo do Partido Comunista” (p. 32).



Figura 33. Florada de Café (Antonio Ferrigno, 1903).



Figura 34. Mulher carregando lenha (Candido Portinari, 1945).

Apresentamos as telas de Antonio Ferrigno, intitulada *Florada de Café*, (Figura 42) e de Candido Portinari, intitulada *Mulher carregando lenha*, (Figura 43), no intuito de destacar

o intervalo de tempo em que foram produzidas, entre 1903 e 1945. O trabalho feminino atravessou a primeira metade do século XX, e foi uma constante tanto nas telas quanto na vida cotidiana das mulheres brasileiras.

Acima dos valores morais propostos para as relações familiares e modo de vida em sociedade, estava a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores e o interesse dos proprietários pelos rendimentos econômicos. Assim afirma Pena (1981):

A política do estado em relação à mulher foi sempre bastante contraditória: de um lado, porque se fazia importante “resguardá-la” para a tarefa reprodutiva; de outro, porque numa conjuntura de escassez de mão-de-obra era necessário garantir sob a violência que se fizesse necessária, ‘o livre jogo das forças de mercado’, que permitia a incidência de sua exploração e o comportamento predatório dos capitalistas em relação a ela (p. 171).

3.7 A MULHER “EDUCADA E EDUCADORA”

Afrânio Peixoto (1944), em sua obra intitulada *Eunice ou a Educação da Mulher*, escrita em 1936, defendia a ideia de que a mulher deveria ser educada, mas não da mesma forma que Maria Lacerda de Moura. A educação que Afrânio Peixoto se referia visava uma mulher culta, educada para o seu papel de mulher na família e na sociedade, aquela mulher que conhece diferentes línguas, toca piano, enfim, a mulher afinada com os hábitos e costumes dos padrões burgueses.

À mulher, foram determinadas algumas profissões específicas da “natureza feminina”, como, por exemplo, enfermeira, professora, assistente social, enfim todas as aquelas que se pautavam na tarefa de “cuidar” dos homens, ou, então, do futuro da nação. Estes eram os únicos trabalhos aceitos para a mulher na sociedade, embora alguns higienistas não concordassem com a educação da mulher. Nas palavras de Moncorvo Filho (1925), importante médico higienista e membro da *Liga Brasileira de Hygiene Mental*:

Não sei se Moebius mesmo teve razão quando, referindo-se a cultura feminina, julgou devesse a Mulher escolher uma das vias a trilhar na vida: a do intelectualismo ou a da maternidade. Tão pouco posso concordar, em tese, com Renato Kehl quando asseverou que “uma boa mulher poderá ser boa literata, raramente, poderá, ser boa

mãe”. As mulheres que se organizem em associações de classe, que defendam os princípios da política e do civismo, que cultivem as letras ou as artes, trabalhem na oficina e no comércio e que finalmente vivam a existência entregues a nobre mister da educação; não se esqueçam porém dos filhos, que frágeis, indefezos, lá ficam, basta vezes, em casa, num ambiente de abandono, a minguada do cuidado e do alimento (p. 8-9).

Apesar de algumas controvérsias em relação à educação da mulher, o foco das preocupações dos higienistas estava na criança. Solicitavam às mulheres, às mães e às educadoras, ora priorizando os cuidados físicos, ora a educação e a propagação dos valores morais. Desta forma, o papel da mulher como professora também foi tema abordado pelos médicos higienistas. Exaltavam a função materna dentro dos lares e a função da professora dentro das escolas. Para os higienistas, a mulher tinha o “dom natural” de cuidar e educar filhos e crianças.

Lar e escola, eis a maior preocupação dos governos, dos instituidores, dos mestres e educadores diplomados ou não. O lar e a escola são oficinas de onde hão de sair bons e maus elementos sociais, o homem e a mulher, o homem para os grandes empreendimentos, a mulher para auxiliar em tudo, porque tem ela a capacidade pra todas as atividades, com a vantagem de **ser mais honesta e mais caprichosa na prática de dever, de ter mais sentimento e mais amor às empresas a que se dedica** (Andrade, 1925, p. 265, grifo nosso).



Figura 35. Turma de Formandas do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Uberlândia – MG, 1937.

Nesta fotografia (Figura 35), observamos que as professoras estão vestidas de branco e enfeitadas com arranjos florais nos cabelos, sugerindo-nos, supostamente, ternura, pureza e

higiene, parecendo ter “incorporado” o papel de “honesta e caprichosa” a que Andrade (1925) referiu-se. E as crianças, todas do sexo feminino, apresentam-se como se fossem miniaturas das professoras, dando-nos a impressão de que crescerão educadas pelos mesmos princípios e para os mesmos fins, ou seja, terão a “nobre” missão de transformar a pátria.



Figura 36. Alunas da Escola com parte da bandeira bordada por elas em 1909.

No entanto, nem todas as mulheres bordavam ou costuravam a bandeira do país, como retrata a tela intitulada *Pátria* (Figura 2) e a fotografia das alunas de uma escola de São Paulo (Figura 36). Não lidamos com uma imagem única de mulher. Por ser a sociedade dividida em classes, grosso modo, a condição social da mulher também se dividia, e as ofertas de trabalho feminino para as mulheres que necessitavam complementar o orçamento familiar variavam de acordo com as condições materiais de vida de cada uma delas, eram enfermeiras, professoras, lavadeiras, prostitutas, etc.

“Com a abolição da escravidão, ex-escravas continuaram a servir as famílias burguesas ou então de classe média, numa relação cujas condições imediatas de trabalho não se distinguiam substancialmente das anteriores” (Pena, 1981, p. 112). O trabalho doméstico realizado para as famílias ricas era uma opção de sobrevivência das ex-escravas e mulheres pobres no início do século XX. Libertas do regime escravocrata e colonial, porém exploradas, mal remuneradas e submetidas aos mandos da família burguesa.

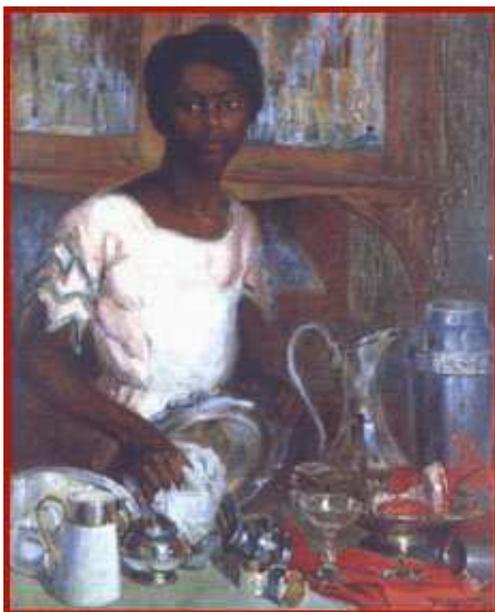


Figura 37. Limpendo Metais (Armando Vianna, 1923).

Se o trabalho doméstico nas famílias ricas era realizado pelas mulheres pobres e, em maioria, por ex-escravas, isto revela que, além da mulher pobre não poder ficar em casa cuidando dos filhos e do próprio lar, a mulher de família rica tinha quem fizesse o trabalho doméstico para ela.

O trabalho da mulher como lavadeira também foi retratado pelos pintores brasileiros, como nas telas, a seguir, de Candido Portinari (Figura 38) e Anita Malfatti (Figura 39).



Figura 38. Lavadeiras (Candido Portinari, 1937).



Figura 39. A Lavadeira (Anita Malfatti, 1920).

Muitas mulheres tinham como opção de trabalho lavar roupas para fora. “As famílias de posses usavam grande quantidade de roupa branca no seu cotidiano, roupas de cama, mesa e banho, e também as próprias roupas de homens, mulheres e crianças, que em geral exigiam cuidados especiais no lavar, passar e engomar” (Matos, 1995, p. 103).

Observamos na tela de Anita Malfatti, intitulada *A Lavadeira* (Figura 39), que a mulher está lavando roupa na beira de um rio ou córrego. Segundo Matos (1995), nos fins do século XIX e início do século XX, a maioria das casas não contava com instalações de água encanada, por esta razão, as mulheres lavavam as roupas em rios ou em lavanderias, como demonstra a tela intitulada *Lavadeiras* (Figura 40), do pintor Francisco Rebolo.



Figura 40. Lavadeiras (Francisco Rebolo, 1937).

Benedita Ribeiro dos Santos, nascida em 1902, descreveu seu cotidiano e sua rotina de trabalho como lavadeira:

Nas lavanderias, a gente tinha muito trabalho. Eu entrava às sete horas da manhã, parava só pra almoçar e saía às seis da tarde. Quando eu voltava pra casa, eu ainda levava roupa pra lavar e passar por minha conta. Eu pegava esta roupa lá na zona, onde ficava aquela fila de casas de mulheres no cais. Elas usavam saias armadas. Eu passava lá bem cedinho, de manhã, antes de ir pro meu trabalho. Devia ter outras lavadeiras fazendo o mesmo porque as casas eram muitas e as mulheres tinham cada roupa linda! Você precisa ter visto as anáguas! Eu tinha que colocar uma tábua por dentro para não amarrotar tudo com o ferro. Era uma trabalhadeira! Hoje acabou tudo. Coitadas das mulheres ficam aí de noite pelas ruas [...]. (Matos, 2004, p. 17-18).

Em seu depoimento, Benedita Ribeiro dos Santos deixa claro que a sobrecarga de trabalho em que estava submetida era uma necessidade, ou seja, um meio de sobrevivência. Porém as propostas de higienização destinavam-se a todas as classes. À mulher, atribuíam-se uma tarefa hercúlea: “Diretora do lar, conhecedora da higiene social e moral, dona hábil de casa, pode, no **meio da maior pobreza, tornar a existência mais suave, perduradora e cheia de encantos**” (Machado, 1925, p. 313, grifo nosso). Assim, a ideia dominante, em geral, era que as mazelas sociais eram responsabilidades da mulher, que parecia incapaz de tornar a vida “cheia de encantos”.

Se a mulher que trabalhava em setores formais era considerada como imoral e até mesmo criminosa, como demonstramos anteriormente pelas afirmações do médico Nascimento Gurgel, como, então, foi avaliada a prostituição secularmente condenada. É o que discutiremos no próximo item.

3.8 A PROSTITUIÇÃO OU “CHAGA” SOCIAL

A prostituição foi tema recorrente no discurso dos médicos higienistas. Além das preocupações com as doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a sífilis, que se disseminava no país, a prostituição foi considerada uma ameaça aos princípios morais ditados em prol da família e da sociedade. As prostitutas eram consideradas propagadoras de doenças,

destruidoras dos lares, ou, ainda, nas palavras de Afrânio Peixoto (1944) “a chaga da sociedade”.

Entendida como propagadora de doença, a prostituição era assunto de interesse médico, e deveria, então, ser tratada e analisada nas suas causas e formas de prevenção. Desvio, vício, crime, os argumentos caminhavam neste sentido.

Olhai pelo mundo essas duas chagas: o crime e a prostituição. Não me sobra tempo para demonstrar-vos o quanto de sexual existe em cada crime, ainda mesmo nos de aparência bem diversa. Mas consideraes ao menos os crimes nitidamente sexuais, que são a maior parte, principalmente se considerardes o quanto de sexual há nos delitos passionaes. É fácil compreender que esses delinquentes encontraram na ignorância das coisas do sexo a matéria prima do seu delito. A prostituição não reconhece outra origem. Faz do sexo sua ideia fixa ou mesmo fonte de proventos [...] (Porto Carrero, 1929, p. 123-124).

A prostituição foi atrelada à delinquência, como um desvio de caráter da mulher, ou ignorância. Para Porto Carrero (1929), a prostituição deveria ser prevenida por meio da educação das crianças nos lares e nas escolas. Às professoras, era solicitado substituir a educação dada pelos pais quando o lar não estivesse de acordo com os prescritos da higiene mental.

[...] que vosso amor substitua o amor dos pais – o que, se, a princípio pode parecer monstruosidade, em todo o caso é melhor do que o caminho errado que levará um dia às perversões, ao crime, à prostituição. O futuro de um homem vale mais do que o apego da criança ao lar perversor (p. 125).

Evaristo de Moraes (1925), ao enumerar as causas da prostituição, dentre elas, destacou “o relaxamento na educação de crianças” (p. 79). Nesta perspectiva, a família íntegra e atenta aos cuidados com os filhos estaria livre deste mal; logo, o “lar perversor” corria sérios riscos de gerar prostitutas, bem como vagabundos, mendigos, alcoolistas e criminosos.

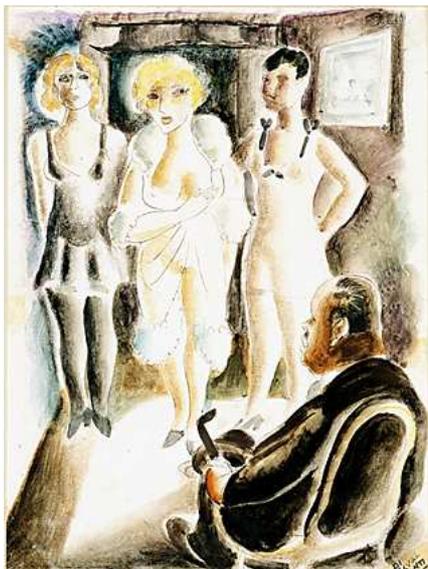


Figura 41. Bordel (Emiliano Di Cavalcanti, década de 30).



Figura 42. Manguê (Di Cavalcanti, 1929).

Nas telas, intituladas *Bordel* e *Manguê*, do pintor Emiliano Di Cavalcanti, constatamos a presença do senhor tipicamente burguês. Constatamos que a procura masculina não passou despercebida pelos higienistas. Peixoto (1944) destacava que a prostituição era causada particularmente “[...] pela procura masculina, egoísta e mal educada, e pela oferta feminina, que determina **o desejo de luxo, de prazeres, de conforto**, na incapacidade de prover a isso pelo trabalho” (p. 242, grifo nosso).

As prostitutas eram abordadas como “mulheres de vida fácil”. Todavia a imagem das mulheres retratada por Lasar Segall nos revela, supostamente, que a vida das prostitutas não era de luxo e de conforto, como pode ser observado nas Figuras 43 e 44.

Destacamos na tela de Lasar Segall, intitulada *Grupo de Manguê na Escada* (Figura 43), a presença de uma mulher grávida sentada na escada, revelando que as mulheres trabalhavam como prostitutas inclusive em período de gestação e, supostamente, criavam os filhos neste mesmo local. Em outra tela, intitulada *Interior no Manguê*, Lasar Segall retrata três mulheres com feições que sugerem cansaço e tristeza.



Figura 43. Grupo de Manguê na Escada (Lasar Segall, 1928). Figura 44. Interior no Manguê (Lasar Segall, 1949).

Oswald de Andrade (1890 – 1954) descreveu, em sua obra intitulada *O Santeiro do Manguê*, escrita entre 1935 e 1950, a vida das mulheres no manguê.

Nesse local – microcosmos de todas as zonas prostituídas do mundo – as mulheres aguardam os milagres dos santos, dão à luz indesejados filhos, são exploradas pelos gigolôs, cafetinas, tiras e comerciante, apanham dos amantes (‘meu home midánimí’), se envenenam ou são assassinadas. Imediatamente o lugar da morta, da inquilina do bairro, é ocupado por outra profissional, pois o mercado da carne é sempre reabastecido, necessita de nova mercadoria: ‘Crianças ides todas para o manguê tentacular’ (Andrade, 1991, p. 12).

Para muitos higienistas, a prostituição era resultado da má índole ou da má educação e, portanto, poderia ser prevenida. No entanto, as condições de miséria em que vivia grande parte da população não foram, na maioria das vezes, levadas em consideração pelos higienistas, ou seja, desconsiderava-se a possibilidade de que a prostituição pudesse ser exercida por uma questão de sobrevivência.

4 ENTRE A ARTE E O IDEÁRIO DA HIGIENE MENTAL

(...) a história e a arte se revelam fundamentais para evidenciarem como os homens chegam a ser que são (Barroco, 2007, p. 14).

O objetivo deste estudo foi comparar o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental com a imagem da mulher trabalhadora retratada pela arte, no Brasil, na primeira metade do século XX. Cabe-nos, neste momento, avaliar o caminho percorrido e refletir sobre os resultados alcançados.

Consideramos que a metodologia escolhida nos impôs os limites necessários para que não perdêssemos o foco diante da amplitude e da complexidade do tema a mulher trabalhadora, ou, então, o trabalho feminino. Dentro dos limites metodológicos estabelecidos, foi possível analisar o modelo de trabalho feminino defendido pelo movimento de higiene mental em comparação à imagem da mulher trabalhadora retratada pela arte. Todavia temos clareza que a discussão apresentada não se esgota aqui.

Ao estabelecermos uma discussão entre o ideário da higiene mental e as pinturas artísticas, encontramos convergências e divergências entre as duas vertentes analisadas. As primeiras telas apresentadas neste estudo estão em sintonia com o discurso da higiene mental, visto que são retratos que descrevem a mulher inserida num âmbito doméstico e familiar. Eles exaltam a maternidade, a amamentação e até mesmo relacionam a maternidade ao patriotismo típico da época, como no caso da tela do pintor Pedro Bruno intitulada *Pátria* (Figura 2).

Com base no testemunho das pinturas artísticas, foi possível ilustrar e exemplificar o que versava acerca do papel social da mulher e do modelo de trabalho feminino defendido pela corrente higienista. No entanto, não foi somente este modelo ou esta imagem de mulher que encontramos nas pinturas artísticas. O trabalho feminino realizado fora do lar também foi alvo de inspiração dos pintores da época.

Ao apresentarmos as pinturas artísticas que retratam a imagem da mulher trabalhadora nas fábricas, no campo e nos demais tipos de trabalhos realizados fora do lar, a harmonia, a afinação entre a arte e o ideário da higiene mental cessou. A mulher foi retratada com trouxas de roupa (Figura 38), sacas de café (Figura 23) ou lenha (Figura 34) na cabeça, testemunhando o trabalho pesado realizado por elas. Destacamos, ainda, as telas que retratam mulheres cuidando dos filhos em ambiente de trabalho, amamentando-os próximo à fábrica, em horário de refeição (Figura 21), ou nos cafezais (Figura 31). As situações descritas

evidenciam, supostamente, a tentativa da mulher em conciliar o trabalho realizado fora do lar à tarefa de cuidar dos filhos.

Estas imagens da mulher trabalhadora não condizem com o modelo de trabalho feminino proposto pelo movimento de higiene mental. Tal testemunho não evidenciou somente a presença feminina em diversos tipos de trabalho, mas, sobretudo, a existência de classes sociais distintas que nem sempre foram levadas em consideração pelos higienistas. Neste sentido, a arte produzida na época serviu de contraponto, por retratar um país que não estava liberto das heranças coloniais e um povo que, em geral, caminhava descompassado com as propostas de remodelação e modernização social.

No ideário dos higienistas, a família foi idealizada segundo o estilo burguês, composta pela figura do “pai provedor”, pela mulher “higienizada”, ou seja, a “mãe rainha do lar” e pelos filhos – robustos e saudáveis – educados sob os preceitos morais estabelecidos. No entanto, as relações familiares não estavam organizadas desta forma. Para ser a mulher que os higienistas apregoavam, seria necessário ter condições concretas e reais de vida, ou seja, não precisar do trabalho fora do lar para a sobrevivência. A mulher “higienizada” era um privilégio de classe. Entretanto os preceitos higienistas eram direcionados a todas as classes sociais.

Para Moncorvo Filho: “A mãe deve ser sempre mãe, tanto na alta sociedade como na plebe” (1925, p. 6); para o médico Antonio Pinto Machado (1925): “A felicidade dos lares pobres está na razão direta da capacidade da mulher” (p. 312). E ainda, nas palavras de Afrânio Peixoto: “Se o lar não é feliz, a culpa é das mulheres. Das mulheres não educadas, não educadas para esposas e para mães, para o lar” (1944, p. 316).

Assim, na lógica do ideário higienista, em sintonia com a lógica burguesa, a mulher era responsável pela felicidade do lar, bem como pelo futuro da almejada nação composta por homens fortes, saudáveis mental e fisicamente. A mulher serviria como um instrumento ou uma via para transformar o Brasil em uma grande nação.

Tendo o indivíduo como foco, a figura idealizada da mulher mascarava as reais condições de vida do povo brasileiro. A situação de miséria que vivia grande parte da população obrigava não somente as mulheres deste segmento como também as crianças a trabalhar, como podemos analisar, por exemplo, nas telas de Portinari, apresentadas neste estudo (Figuras 27 e 29).

O exposto até aqui nos leva a entender que a história da mulher que prevalece na atualidade é a história do discurso sobre a mulher, visto que a condição de subordinação

feminina ainda persiste em vários sentidos: na desigualdade salarial entre homens e mulheres, nos altos índices de violência doméstica e na dupla jornada de trabalho feminino (Brasil, 2004). Exemplo disto é o poema intitulado “*Mãe*” da autoria da poetisa brasileira Cora Coralina (1889 -1985).

Renovadora e reveladora do mundo
 A humanidade se renova no teu ventre.
 Cria teus filhos,
 não os entregues à creche.
 Creche é fria, impessoal.
 Nunca será um lar
 Para teu filho.
 Ele, pequenino, precisa de ti.
 Não o desligues da tua força maternal.
 Que pretendes, mulher?
 Independência, igualdade de condições...
 Empregos fora do lar?
 És superior àqueles
 que procuras imitar.
 Tens o dom divino
 de ser mãe
 Em ti está presente a humanidade.
 (Coralina, 1987, p. 171).

As palavras de Cora Coralina nos fazem rememorar o discurso da higiene mental, uma vez que enaltecem a maternidade, valorizam a infância, criticam o trabalho realizado pela mulher fora do lar e demonstram a ligação entre a responsabilidade da mulher enquanto mãe para um futuro melhor da humanidade. Com estes ideais, a mulher pobre e trabalhadora, por um lado, deveria corresponder ao ideário burguês e, por outro, atender às próprias necessidades de sobrevivência. Relembrando as palavras proferidas, em 1925, pela feminista Maria Lacerda de Moura (1925),

Não façamos confusões: há ou não mulheres que precisam trabalhar seja aonde for para não morrer de fome e não cair na prostituição? A sociedade atual protege a mulher, dá-lhe conforto para que ela fique em casa cuidando do lar e dos filhos? (p. 471).

Constatamos que a contradição entre o discurso burguês acerca do papel social da mulher e as reais condições de vida que impossibilitam a sua adequação a um modelo de trabalho feminino restrito à esfera doméstica e aos cuidados com os filhos percorreu todo

século XX. E certamente, no século XXI, ainda teremos que buscar, na história, vozes como a de Maria Lacerda de Moura ou imagens como as de Portinari, Di Cavalcanti, Lasar Segall e tantos outros pintores que retrataram o cenário feminino nacional, haja vista que,

Uma das principais queixas das “novas mulheres”, em geral, é a dupla jornada do trabalho e o acirramento da competição no mundo masculino. As duas questões não podem ser dissociadas, se considerarmos que a exigência da qualidade do trabalho feminino ainda é muito maior do que a que se dá em relação aos homens. (Rago, 2003, p. 8).

Certamente, análises sobre o início do século XX não devem ser transpostas mecanicamente para o início do século XXI, no entanto, este estudo nos revela sinais de que, à mulher da atualidade, é atribuído o papel social tingido de fortes cores do ideário de higiene mental.

Tenhamos em mãos um álbum de fotografias, daqueles antigos que ficam nos cantos mais “bem guardados” da casa, folheemos cuidadosamente este álbum e, logo, surgem lembranças, dúvidas e estranhamentos em relação aos registros encontrados. Foi assim que iniciamos este estudo, partimos das imagens, remexemos nos baús da primeira metade do século XX, procurando a mulher e o trabalho feminino. Compusemos um álbum em que nem tudo parece familiar, que nos despertou indagações que nem sempre foram respondidas. No entanto, preferimos seguir questionando a aceitarmos passivamente uma história contada pelos registros oficiais. E a arte, de fato, nos evidenciou o lado obscuro da história do trabalho feminino no Brasil na primeira metade do século passado.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. B. de (2007). *As mulatas de Di Cavalcanti: Representação racial e de gênero na construção da identidade brasileira (1920 e 1930)*. Dissertação de Mestrado em História. Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Amaral, A. & Toral A. (2005). *Arte e sociedade no Brasil. v.1: de 1930 a 1956*. São Paulo: Instituto Callis.
- Andrade, H. (1925). Algumas idéas sobre o problema de protecção á infancia. Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, II Secção: Assistência. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/3_Assistencia.pdf.
- Andrade. O. de (1991). *O Santeiro do Mangue e outros poemas*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura.
- Aquino, R. S. L. de (2007). *Sociedade brasileira. Uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Austregésilo, A. (1923). *Perfil da mulher brasileira. Esboço acerca do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Barreto, L. (1990). *Clara dos Anjos*. São Paulo: Ática.
- Barreto, L. (2004). *Toda crônica: Lima Barreto*. Apresentação e notas Beatriz Resende. Organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir.
- Barroco, S. M. S. (2007). *Psicologia educacional e arte: Uma leitura histórico cultural da figura humana*. Maringá: Eduem.
- Batista, M. R. (2006). *Anita Malfatti no tempo e no espaço: Biografia e estudo da obra*. São Paulo: Edusp.
- Bilac, O. (1916). *Ultimas conferencias e discursos*. São Paulo, SP; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00293000/002930_COMPLETO.pdf.

- Boarini, M. L. (Org.) (2003). *Higiene e raça como projetos: Higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem.
- Brasil (2004). *Plano nacional de políticas para as mulheres*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2007). *Enfrentamento à violência contra a mulher*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2008). *Lei N.º 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica contra a mulher e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brasil (2009). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 10 de maio de 2010 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/default.shtm>.
- Bruschini, C. (1996). Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In L. Abramo & A. R. de P. Abreu (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana* (pp. 277-294. Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho). São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ, ALAST. Recuperado em 10 de maio de 2010 de <http://www.fcc.org.br/mulher/resumos/res01>.
- Bruschini, C. & Ricoldi, A. M. (2009). Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, 39, (136), pp. 93-123.
- Caldas, M. (1930). A higiene mental no Brasil. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Ano II, (3), pp. 69-77.
- Carneiro, M. R. da S. R. (2010). A maternidade como política pública – a criação de uma escola para o “povo” nascer. Em *Anais do Segundo Congresso Latinoamericano de História Econômica, e Cuarto Congreso Internacional de La Asociación Mexicana de História Económica*, Ciudad de Mexico. Recuperado em 28 de novembro de 2010 de http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/368_abstract.pdf.
- Carvalho, J. M. de (1987). *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Carvalho, J. M. de (2008). *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chagas, L. (2010). *Tarsila do Amaral e o Abaporu*. Galeria de Artes Abaporu. Recuperado em 23 de janeiro de 2010 de <http://www.galeriaabaporu.com.br/editorialdeartes-3-Abaporu>.
- Coralina, C. (1987). *Vintém de cobre: Meias confissões de Aninha*. Goiania: UFG.
- Costa, J. F. (2004). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Costa, M. C. C. (2002). *A imagem da mulher: Um estudo da arte brasileira*. Rio de Janeiro: SENAC Rio.
- Delfino, V. (1930). Acerca de um projecto creando a direcção geral da infancia na Republica argentina. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano. III, (6).
- Esposel, F. (1925). Idéias gerais de higiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano. I, (1), pp. 101-108.
- Fausto, B. (2000). *Trabalho urbano e conflito social (1890 -1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Figueiredo, L. (2004). Mulheres nas Minas Gerais. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 141-188). São Paulo: Contexto.
- Fonseca, C. (2004). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 510-553). São Paulo: Contexto.
- Fontenelle, J. P. (1925). Hygiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Ano. I, (1), pp. 1-10.
- Francastel, P. (1973). *A realidade figurativa: Elementos estruturais de sociologia da arte*. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo.
- Freire, G. (2006). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global.

- Freire, M. M. de L. (2006). *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas* (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese de Doutorado. Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Freire, N. (2004). A mulher no mercado de trabalho. *Observatório Social em Revista*, 5, ano 2. Recuperado em 10 de maio de 2010 de <http://www.observatoriosocial.org.br/download/emrevista5.pdf>.
- GEPHE. (2000). Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Higienismo e Eugenia. *Os ideais higienistas e eugenistas na Psicologia e na concepção de Saúde Mental*. Recuperado em 23 de Março de 2011 de <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional>.
- Gomes, R. C. (2010). Progresso, velocidade, máquina e mídia: Um futurismo periférico e a crônica jornalística de João do Rio. Em *Anais do XIX Encontro da Compôs*, PUC-Rio, Rio de Janeiro. Recuperado em 15 de junho de 2010 de http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1486.doc.
- Gonçalves, A. (1925). Nos domínios da pedagogia. Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Criança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, III Secção: Pedagogia. Recuperado em 2 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/4_Pedagogia.pdf.
- Gondra, J. G. (2000). A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, 26 (1), pp. 99-117.
- Gouvêa, E. J. (1916). *Considerações higienicas sobre a creança e a mulher, quando operarias*. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do jornal do Commercio, de Rodrigues & C.
- Gurgel N. (1907). Alguns cuidados ao recém-nascido, conferencia realizada em 30 de Abril de 1902. Hygiene infantil as mães pobres. Em *Anais das Conferências realizadas no dispensário Moncorvo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Recuperado em 2 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo1/3_Hygiene_Infantil.pdf.
- Hubermann, L. (1986). *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Ishay, M. R. (2006). *Direitos humanos: Uma antologia*. Principais Escritos Políticos, Ensaios, Discursos e Documentos desde a Bíblia até o Presente. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Kehl, R. (1935). *Lições de eugenia*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Canton & Reile.

Konder, L. (1967). Os marxistas e a arte: Breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kuhlmann, M. Jr. (2000). Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. 14, pp. 5-18. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo.

Leite, M. L. (1986). *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática.

LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL (1929). Editorial. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano II, (1).

Lopes, E. (1925). Resenha: Hygiene intellectual e moral. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Ano I, (1), pp. 184-190.

Machado, A. P. (1925). Amparo e assistencia ás mulheres e creanças proletárias no subúrbio. Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, II Secção: Assistência. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/3_Assistencia.pdf.

Madeira, A. (1925). Da renuncia á procreação – como encarar o perigo que nos ameaça? Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, II Secção: Assistência. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/2_Sociologia_e_Legislacao.pdf

Martins, M. F. (2004). *Marx, Gramsci e o conhecimento: Ruptura ou continuidade?* Campinas: Autores Associados; Americana: Unisal – Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Marx, K. (1983). *O capital: crítica da economia política*. V.1, Tomo1. São Paulo: Abril Cultural.

- Marx, K. & Engels, F. (1984). *A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes Ltda.
- Matos, M. I. S. de (1995). Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, 4, pp. 97-115. Recuperado em 13 de junho de 2010 de <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu04.07.pdf>.
- Matos, M. I. S. de (2003). Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In M. I. S. Matos & R. de Soihet (Org.). *O corpo feminino em debate* (pp. 107-127). São Paulo: UNESP.
- Matos, M. I. S. (2004). Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. *Estudos Ibero-Americanos*, XXX, (2), pp. 9-26.
- Moimaz, E. R. & Molina, A. H. (2001). Arte e história: a pintura de Bruegel e o ensino de História. *Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação*. Ano 21, (28), pp. 143-166.
- Molina, A. H. (2004). *A influência das artes na civilização. Eliseu D'Angelo Visconti e modernidade na primeira república*. Curitiba: UFPR. Tese de Doutorado em História. Recuperado em 10 de maio de 2010 de <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Anaheloisamolina.pdf>.
- Moncorvo Filho, A. (1904). *Das amas de leite: comunicação apresentada em 1903 ao V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.pucio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/12_Moncorvo_Filho_Arthur_O_dia_das_maes.pdf.
- Moncorvo Filho, A. (1907). *Da nutrição do recém-nascido*. 2ª Conferência (resumida), realizada em 26 de Outubro de 1901 In *Hygiene infantil as mães pobres*. Conferências realizadas no dispensário Moncorvo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.pucio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo1/3_Hygiene_Infantil.pdf.
- Moncorvo Filho, A. (1909). *A infância da primeira idade*. Trabalho do dispensário Moncorvo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo3/1_A_infancia_da_primeira_edade.pdf.
- Moncorvo Filho, A. (1925). *O dia das mães: conferência realizada em 12 de outubro de 1925 no Instituto Nacional de Música*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica. Recuperado em 5 de

julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/12_Moncorvo_Filho_Arthur_O_dia_das_maes.pdf.

Moncorvo Filho, A. (1926). *Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922* (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Paulo Pongetti. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21_Moncorvo_Filho_Arthur_Historico_da_protecao_a_infancia.pdf.

Monteiro, A. (1925). As creanças e os animaes, sobre o ponto de vista educacional. Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, III Secção: Pedagogia. Recuperado em 2 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/4_Pedagogia.pdf.

Moraes, E. (1925). Prostituição e infância. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, II Secção: Assistência. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/3_Assistencia.pdf

Moraes, A. (1926). O trabalho pré-natal nos postos de hygiene municipal. Em *Anais do III Congresso Brasileiro de Hygiene*. São Paulo.

Moura, M. L. de (1925). Das vantagens da educação da mulher na vida pratica das sociedades. In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, III Secção: Pedagogia. Recuperado em 5 de julho de 2010 de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/4_Pedagogia.pdf.

Nagel, L. H. (1992). Produção da vida – Produção da arte: análise da sociedade e da produção artística do século XII ao século XX. *Apontamentos*, 2, pp. 1-23.

Passos, J. (1913). *Da escravização da mulher pelo industrialismo e do conseqüente malefício para a espécie*. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Aurora.

Peixoto, A. (1944). *Eunice ou a educação da mulher* (v. XX). Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP; Porto Alegre: W. M. Jackson, INC.

- Pena, M. V. J. (1981). *Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Porto Carrero (1929). Educação sexual. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano II, (1), pp. 120 -133.
- Porto Carrero (1930). Sexo e cultura. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Ano III, (5), pp. 157 -166.
- Rago, L. M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rago, L. M. (1995/1996). Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, 3-4, pp. 12-43. Recuperado em 10 de maio de 2010 de http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf.
- Rago, L. M. (2003). Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Revista Estudos Feministas*, 3.
- Rago, L. M. (2004). Trabalho feminino e sexualidade. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 578-606). São Paulo: Contexto.
- Rodhen, F. (2000). Natalidade, nação e raça no Brasil a partir das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução. Em *Anais do Simpósio Internacional o desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe*. Salvador, UFBA. Recuperado em 25 de novembro de 2010 de <http://www.desafio.ufba.br/gt1-010.html#ref7>.
- Rousseau, J. J. (1999). *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Saffioti, H. I. B. (1969). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes.
- Saffioti, H. I. B. (2003). Violência estrutural e de gênero – Mulher gosta de apanhar? In Brasil. Presidência da República. *Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: Construindo políticas públicas* (pp. 27-38). Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.
- Saffioti, H. I. B. (2008). A ontogênese do gênero. In: C. M. T. Stevens & T. N. Swain. *A construção dos corpos: Perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres.

- Seraphim M. N. (2004). *Eros adolescente: No verão de Eliseu Visconti*. Campinas: Autores Associados.
- Sevcenko, N. (1998). O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In N. Sevcenko (Org.). *História da vida privada no Brasil* (pp. 7-48 v.3). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, G. S. (2006). Refletindo sobre o uso das Imagens. *Universo do conhecimento: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro*, 1, (1), pp. 31-42. Recuperado em 12 de maio de 2010 de <http://www.fcjp.edu.br/pdf/REVISTA%20FCJP%20-%20MIOLO.pdf>.
- Silva, K. V. (2006). *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto.
- Soihet, R. (2004). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 362-400). São Paulo: Contexto.
- Soihet, R. & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 27, (54), pp. 281-300. Recuperado em 12 de maio de 2010 de http://www.scielo.php?pid=s0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt
- Souza, F. (1942). Higiene das crianças delinquentes. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano XIII*, (1).
- Veríssimo, J. (1985). *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Vianna, R. (1925). Os rumos da medicina social. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Ano I*, (2), pp. 175-185.
- Vigotski, L. S. (1973). *Psicologia del arte*. Barcelona: Barral.
- Vilhena, M. A. de (1925). Da protecção moral á infancia. Em *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia*. Departamento da Creança no Brasil, realizado de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1922, VII Boletim (1924). Teses, Memoriais e Conclusões. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ed., 1925, I Secção: Sociologia e Legislação. Recuperado em 9 de junho de 2010 de http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo2/2_Sociologia_e_Legislacao.pdf.
- Viotti da Costa, E. (1999). *Da monarquia à república: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP.

Xavier, L. (1928). Educação política. In A. P. O. SILVA (2004). *Páginas da história: Notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado em 11 de maio de 2010 de http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BB034E79D-A308-4F8D-AC4C-76AA8649A9C6%7D_Paginasdahistoria.pdf

Yamamoto, O. H. (1996). *A educação brasileira e a tradição marxista (1970-90)*. Natal: UFRN, EDUFRN; São Paulo: Moraes.

REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

FIGURA 1: Almeida Junior, José Ferras de (1891). *Sem título* (Cena de família de Adolfo Augusto Pinto). [Óleo sobre tela, 106 x137 cm]. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Recuperado em 5 de janeiro de 2011 de <http://www.pinacoteca.org.br>.

FIGURA 2: Bruno, Pedro, (1919). *Pátria*. [Óleo sobre tela, 278 x 190 cm]. Galeria de obras do site oficial do Pintor Pedro Bruno. Recuperado em 8 de março de 2010 de <http://www.pedrobruno.org>.

FIGURA 3: *Maternidade*, Eliseu D'Angelo Visconti 1906 (óleo sobre tela, 200 x 165 cm). Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Recuperado em 14 maio de 2010 de <http://www.pinacoteca.org.br>

FIGURA 4: *Maternidade*, Emiliano Di Cavalcanti, década de 1920. Fonte: Acervo de obras do site oficial do pintor Emiliano Di Cavalcanti. Recuperado em 14 maio de 2010 de http://www.dicavalcanti.com.br/anos20/obras_20/maternidade.htm

FIGURA 5: *Morro Vermelho*, Lasar Segall, 1926 (óleo sobre tela, 115 x 95 cm). Coleção particular. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 6: *Maternidade*, Lasar Segall, 1931 (óleo sobre tela, 54 x 73 cm). Coleção particular. Museu Lasar Segall (São Paulo). Fonte: Acervo Museu Lasar Segall. Recuperado em 11 julho de 2010 de www.museusegall.com.br/img%5Cupload%5CPDFs%5CMD_MLS2005.pdf

FIGURA 7: *Mãe Negra*, Lasar Segall, 1930 (óleo sobre tela, 73 x 60 cm). Coleção particular. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 2 abril de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 8: *Jovem mãe*, Yolanda Mohalyi, 1943 (óleo sobre tela, 106,5 x 75 cm). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 9: *Mãe Preta*, Lucílio de Albuquerque, 1912 (óleo sobre tela, 180 x 130 cm). Museu de Belas Artes (Salvador, BA). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 10 junho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 10: *A Negra*, Tarsila do Amaral, 1923 (óleo sobre tela, 100 x 80 cm). Fonte: Galeria de obras do site oficial de Tarsila do Amaral. Recuperado em 10 junho de 2010 de <http://www.tarsiladoamaral.com.br>

FIGURA 11: *Maternidade*, Eliseu D'Angelo Visconti, 1905 (óleo sobre tela, 60 x 81). Coleção particular. Fonte: Site oficial do pintor Eliseu D'Angelo Visconti. Recuperado em 14 maio de 2010 de http://www.eliseuvisconti.com.br/obras_visconti/0995.htm

FIGURA 12: *Maternidade*, Lasar Segall, 1922 (aquarela e grafite sobre papel, 48,7 x 37). Museu Lasar Segall (São Paulo). Fonte: Acervo Museu Lasar Segall (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.lasarsegall.com.br/mlsItem.asp?sSume=21&sItem=232>

FIGURA 13: *Maternidade*, Lasar Segall, 1936 (óleo sobre tela, 65 x 50,5 cm). Fonte: *Obra reproduzida no catálogo do Museu de Arte de São Paulo (maio / junho de 1967)*. Recuperado em 5 julho de 2010 de http://www.tntarte.com.br/tnt/scripts/catalogo_expogdesmest/pagina-039.asp

FIGURA 14: *Maternidade*, Emiliano Di Cavalcanti, 1937 (óleo sobre tela, 60 x 75 cm). Fonte: Coleção Particular, São Paulo. *Revista Museu (online)*. Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.revistamuseu.com.br/galeria.asp?id=9856>

FIGURA 15: *Maternidade*, Tarsila do Amaral, 1938 (óleo sobre tela, 100 x 80 cm). Coleção Particular. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 5 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 16: *Mãe Preta*, Candido Portinari, 1940 (óleo sobre tela, 100 x 80 cm). Coleção Particular – São Paulo. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 17: *Maternidade*, Carlos Prado, 1946 (óleo sobre tela, 61 x 49 cm). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 5 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 18: *Acadêmico Fernando de Magalhães em aula prática de obstetrícia*, Roberto Fantuzzi, 1931. Fonte: Acervo da Biblioteca da Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro.

FIGURA 19: *Retirante Grávida*, Candido Portinari, 1945. (Desenho a sépia pincel/pincel, 82 x 36 cm). Coleção desconhecida – Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 10 dezembro de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 20: *Operários*, Tarsila do Amaral, 1933 (óleo sobre tela, 150 x 205 cm). Fonte: Galeria de obras do site oficial de Tarsila do Amaral. Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.tarsiladoamaral.com.br>

FIGURA 21: *Operário*, Candido Portinari, 1934 (óleo sobre madeira, 32 x 39 cm). Coleção Particular – São Paulo. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online) Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 22: *Mulheres protestando*, Emiliano Di Cavalcanti, 1941 (óleo sobre tela, 51 x 70 cm). Fonte: Acervo de obras do site oficial do pintor Emiliano Di Cavalcante. Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.dicavalcanti.com.br/anos20/obras_20/maternidade.htm

FIGURA 23: *Café*, Candido Portinari, 1935 (óleo sobre tela, 130 x 195 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 24: *Criança morta*, Candido Portinari, 1944. (Painel a óleo/tela 180 x 190 cm). Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 20 dezembro de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 25: *Colonos carregando café*, Candido Portinari, 1935 (óleo sobre tela, 67 x 83 cm). Coleção Particular – São Paulo. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 26: *Fumo*, Candido Portinari, 1938 (Pintura mural afresco, 280 x 294 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 27: *Algodão*, Candido Portinari, 1938 (Pintura mural afresco, 280 x 298 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 28: *Gado*, Candido Portinari, 1938 (Pintura mural afresco, 280 x 276 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 29: *Cacau*, Candido Portinari, 1938 (Pintura mural afresco, 280 x 298 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 30: *Café*, Candido Portinari, 1938 (Pintura mural afresco, 280 x 297 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 31: *Café-colheita (tríptico)*, Quirino Campofiorito, 1930 (óleo sobre tela, 45 x 56 cm). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 32: *A Camponesa*, Quirino Campofiorito, 1944 (óleo sobre tela, 146 x 106cm). Fonte: Amaral, A. & Toral A. (2005) *Arte e Sociedade no Brasil. v.1: de 1930 a 1956*. São Paulo: Instituto Callis, p. 33.

FIGURA 33: *Florada de Café, Fazenda Santa Gertrudes – Araras SP*, Antonio Ferrigno, 1903 (óleo sobre tela, 96 x 147 cm). Acervo Sociedade Rural Brasileira – São Paulo. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 34: *Mulher carregando lenha*, Candido Portinari, 1945 (óleo sobre tela, 41 x 33 cm). Coleção Particular – São Paulo. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 35: *Turma de Formandas do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas*. Uberlândia – MG, 1937. Fonte: Acervo do CDHIS/UFB. Em *Anais do IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

FIGURA 36: *Alunas da Escola com parte da bandeira bordada por elas em 1909*. Acervo da EEPSC Caetano de campos In: Caetano de Campos *Fragmentos da História da Instrução Pública em São Paulo*, p. 32. Fonte: Mott, M. L. (2005). *O gesto que salva: Pérola Byington e a cruzada pró-infância*, São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editorias.

FIGURA 37: *Limpendo metais*, Armando Vianna, 1923 (óleo sobre tela, 99 x 81 cm). Fonte: Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, RJ. Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_maraliz.htm

FIGURA 38: *Lavadeiras*, Candido Portinari, 1937 (têmpera sobre madeira, 46 x 54.5 cm). Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Projeto Portinari (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.portinari.org.br>

FIGURA 39: *A Lavadeira*, Anita Malfatti, 1920 (óleo sobre tela, 37 x 50 cm). Coleção Particular. Companhia das Artes (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.companhiadasartes.com.br>

FIGURA 40: *Lavadeiras*, Francisco Rebolo, 1937 (óleo sobre madeira, 35 x 39 cm). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm

FIGURA 41: *Bordel*, Emiliano Di Cavalcanti, década de 30 (aquarela, 28 x 21 cm). Companhia das Artes (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de <http://www.companhiadasartes.com.br>

FIGURA 42: *Mangue*, Di Cavalcanti, 1929 (grafite e aquarela sobre papel, 37 x 29,5 cm.). Fonte: Acervo de obras do site oficial do pintor Emiliano Di Cavalcante. Recuperado em 14 de maio de 2010 de http://www.dicavalcanti.com.br/anos20/obras_20/maternidade.htm

FIGURA 43: *Grupo de mangue na escada*, Lasar Segall, 1928 (Ponta-seca, 24 x 18 cm). Fonte: Museu Lasar Segall (1988) Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro.

FIGURA 44: *Interior no Mangue*, Lasar Segall, 1949. Museu Lasar Segall (São Paulo/SP). Fonte: Acervo Museu Lasar Segall (online). Recuperado em 11 julho de 2010 de www.museusegall.com.br/img%5Cupload%5CPDFs%5CMD_MLS2005.pdf

GLOSSÁRIO

Anita Catarina Malfatti (1889 – 1964)

Anita Malfatti nasceu em São Paulo, “cresceu com a cidade crescendo à sua volta, vendo o burgo, o “São Paulo antigo”, tornar-se metrópole cosmopolita”. (Batista, 2006, p. 25). A trajetória artística de Anita Malfatti é marcada por mudanças quanto a seu estilo de pintura e visão de mundo. Estudou na Alemanha, nos Estados Unidos e em Paris. Sua pintura foi se transformando com as idas e vindas de suas viagens ao exterior (Rolka, 2004). No Brasil, participou da “Semana da Arte Moderna”, realizada em 1922. Trabalhou ao lado dos artistas modernistas brasileiros, dentre eles, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Mario de Andrade. A busca por um estilo próprio, livre de influências acadêmicas e tradicionalistas, foi uma das características de Anita Malfatti.

Fontes:

Batista, M. R. (2006). Anita Malfatti no tempo e no espaço: biografia e estudo da obra. São Paulo: Editora 34; Edusp.
 Rolka, G. M. (2004). *100 mulheres que mudaram a história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro.

Armando Vianna (1897–1992)

Armando Vianna estudou artes na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Em 1921, iniciou sua participação no Salão Nacional de Belas Artes, conquistando o prêmio viagem, em 1926, com a tela Primavera em flor, exposta há muito tempo na Galeria de Arte Brasileira Contemporânea, do Museu Nacional de Belas Artes. Sobreviveu de seu trabalho artístico, pintando flores, paisagens, nus femininos, telas históricas e religiosas. Faleceu em 1992, aos 95 anos. Armando Vianna pintou a tela intitulada *Limpendo metais*, em 1923, exclusivamente para concorrer à premiação do Salão Nacional de Belas Artes, conseguindo a Medalha de Prata. Embora neto de escrava alforriada, Vianna parece não ter produzido outros quadros com personagens negros. Esta tela faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio.

Fontes:

Viana, Armando. Recuperado em 10 de novembro de 2010 de http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_maraliz.htm
 Viana, Armando. Recuperado em 10 de novembro de 2010 de <http://www.pjf.mg.gov.br/mapro/museu/historico.php>

Cândido Torquato Portinari (1903 – 1962)

Portinari viveu sua infância em Brodósqui, pequena cidade no interior do Estado de São Paulo. O início da carreira artística do pintor é marcado pelas dificuldades financeiras e pelo pouco reconhecimento de suas obras. Aos 15 anos, em 1918, matriculou-se na Escola de Belas Artes no Rio. Em 1928, fez um retrato do poeta Olegário Mariano e ganhou o Prêmio de viagem ao exterior. Visitou a Itália, estabeleceu-se em Paris onde casou com Maria Martinelli. Retornou ao Brasil em 1930, com novos vigores e influências à sua pintura. Concentrou-se no homem e nos problemas sociais, na tentativa de exprimir a terra brasileira. Pintou, em 1934, uma das mais famosas de suas telas, intitulada *Café*. A miséria e o trabalho do homem são temas constantes em suas obras. Portinari, com extrema sensibilidade, captava e expressava a tragédia humana das estradas secas, dos campos e das favelas. Em 1945, Portinari filiou-se ao Partido Comunista, identificava-se com as lutas contra a ditadura e a favor da anistia e de eleições. Candidato duas vezes a deputado estadual de São Paulo, nenhuma vez eleito. Possuía consciência política e era preocupado com as mazelas sociais do país, Portinari nunca se desligou do PCB.

Não pretendo entender de política. Minhas convicções, que são fundas, cheguei a elas por força da minha infância pobre, de minha vida de trabalho e luta, e porque sou um artista. Tenho pena dos que sofrem, e gostaria de ajudar a remediar a injustiça social existente. Qualquer artista consciente sente o mesmo (Cândido Portinari).

Fontes:

GÊNIOS DA PINTURA: do surrealismo ao expressionismo (1973). São Paulo: Abril Cultural.

Portinaria, C. Recuperado em 14 de novembro de 2010 de <http://www.casadeportinari.com.br/historico.htm>.

Carlos Prado (1908 – 1992)

Carlos Prado nasceu em São Paulo, apesar de pertencer à aristocracia (era neto de Paulo Prado), desenvolveu sua arte voltada para o social e o popular. Não dependia de sua pintura para sobreviver e, paralelamente, durante sua vida, foi nutrindo um forte desprezo pelos determinismos do mercado das artes. Praticou a paisagem e a cena urbana, a natureza-morta, a Figura e o gênero. Em todas essas modalidades pictóricas, revelou-se possuidor de uma personalidade singularmente dotada para a pintura. A temática social foi, certamente, aquela

em que mais se destacou. Trabalhadores, operários e camponeses foram inspiradores de suas obras.

Fontes:

Prado. C. Recuperado em 14 novembro, 2010 de <http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernidade/eixo/cam/artistas/prado.html>

Prado. C. Recuperado em de 14 novembro de 2010 de http://www.pitoresco.com.br/brasil/carlosprado/carlos_prado.htm.

Eliseu D'Angelo Visconti (1866 -1944)

Pintor nascido na Itália em 1866, ele veio para o Brasil ainda criança e naturalizou-se como cidadão brasileiro em 1890. Viveu em um momento de modernização da arte no Brasil. Sua obra abriu-se às principais tendências internacionais do fim do século XIX e início do século XX. Estudou no Liceu Imperial de Artes e Ofícios e na Imperial Academia de Belas Artes, foi aluno de Vítor Meirelles e Rodolfo Bernadelli. Em 1892, recebeu o prêmio de viagem de estudos à Europa, fixando-se em Paris. Na capital francesa, estudou com Grasset na Escola de Artes Decorativas. Em 1905, recebeu, em Paris, a encomenda de pintar o pano de boca para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, obra que concluiu após três anos de trabalho. Nomeado em 1907 para o quadro de professores da Escola Nacional de Belas Artes, exonerou-se em 1913 para se dedicar integralmente à decoração do foyer do Teatro Municipal. Considerado o mais importante artista plástico brasileiro da primeira década do século XX, é o autor do painel dos signatários da primeira Constituição republicana, exposto no plenário do Palácio Tiradentes.

Fontes:

Visconti, E. D. Recuperado em 25 de novembro de 2010 de <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/bios/visconti.html>

Visconti, E. D. Recuperado em 25 de novembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artista_s_biografia&cd_verbete=673&cd_item=1&cd_idioma=28555.

Emiliano Di Cavalcanti (1897 – 1976)

Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira artística como caricaturista e ilustrador, publicando sua primeira caricatura em 1914, na revista *Fon-Fon*. Em 1917, residindo em São Paulo, frequentou o curso de Direito no Largo São Francisco e o ateliê de Georg Elpons. Conviveu com artistas e

intelectuais paulistas como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, entre outros. Em 1921, ilustrou *A Balada do Enforcado*, de Oscar Wilde, e publicou o álbum *Fantoches da Meia-Noite*, editado por Monteiro Lobato. Foi o idealizador e o principal organizador da Semana de Arte Moderna de 1922, na qual expôs 12 obras. Em 1923, fez sua primeira viagem à França e, ali, atuou como correspondente do jornal *Correio da Manhã*. Em Paris, frequentou a Academia Ranson, instalou ateliê e conheceu obras, artistas e escritores europeus de vanguarda, como Pablo Picasso, Georges Braque, Fernand Léger, Henri Matisse, Jean Cocteau e Blaise Cendrars. Voltou a São Paulo em 1926, trabalhou como jornalista e ilustrador no jornal *Diário da Noite*. A estada em Paris marcou um novo direcionamento em sua obra. Conciliando a influência das vanguardas europeias com a formulação de uma linguagem própria, adotou uma temática nacionalista e preocupava-se com a questão social. No ano de 1928, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil – PCB. Em 1931, participou do Salão Revolucionário e, no ano seguinte, fundou em São Paulo, com Flávio de Carvalho, Antonio Gomide e Carlos Prado, o Clube dos Artistas Modernos – CAM. Em 1933, publicou o álbum *A Realidade Brasileira*, uma sátira ao militarismo da época. Em 1938, viajou para Paris, onde trabalhou na rádio Diffusion Française nas emissões Paris Mondial. Retornou ao Brasil em 1940, trabalhando como ilustrador, e publicou poemas e memórias de viagem. Em 1972, seu álbum *7 Xilogravuras de Emiliano Di Cavalcanti* é editado pela Editora Chile.

Fonte:

Di Cavalcanti, E. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=671&lst_palavras=&cd_idioma=28555&cd_item=1

Francisco Rebolo (1902 – 1980)

O pintor Francisco Rebolo Gonsales nasceu na cidade de São Paulo. Iniciou seus estudos em artes na Escola Profissional Masculina do Brás, na qual teve aula de desenho com o professor Barquita entre 1915 e 1917. Aos 14 anos, trabalhou como aprendiz de decorador de paredes. Em 1926, montou ateliê de decoração na Rua São Bento. A partir 1933, transferiu seu ateliê para uma sala no Palacete Santa Helena, quando se iniciou na pintura. A partir de 1935, partilhou seu ateliê com Mario Zanini (1907 - 1971). Posteriormente, outras salas do Palacete foram transformadas em ateliês e ocupadas por vários pintores, entre eles Fulvio Pennacchi (1905 - 1992), Bonadei (1906 - 1974), Humberto Rosa (1908 - 1948), Clóvis Graciano (1907 - 1988), Alfredo Volpi (1896 - 1988), Rizzotti (1909 - 1972) e Manoel Martins (1911 - 1979).

Mais tarde, este grupo de artistas passou a ser denominado Grupo Santa Helena. Rebolo desenvolveu uma obra pautada na Figuração, mas, a partir da década de 1950, esboçou algumas experiências no abstracionismo e posteriormente no construtivismo. Em 1937, participou da formação do Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo e integrou a Família Artística Paulista – FAP. Em 1945, trabalhou com outros artistas para a criação do Clube dos Artistas e Amigos da Arte (Clubinho), do qual foi diretor por várias vezes. Com prêmio de viagem ao exterior, obtido no 3º Salão Nacional de Arte Moderna, embarcou para a Europa em 1955. Em 1956, fez curso de restauração no Vaticano, participando da recuperação de uma obra de Raphael (1483 - 1520).

Fonte:

Rebolo, F. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=903&cd_item=1&cd_idioma=28555.

Lasar Segall (1891 – 1957)

Lasar Segall nasceu em Vilna, capital da Lituânia, Rússia. Aos 15 anos, mudou-se para Berlim e cursou a Academia Imperial de Belas Artes de Berlim. Em 1912, realizou sua primeira viagem ao Brasil e expôs suas obras no ano seguinte em São Paulo e Campinas. Inicialmente, realizava uma pintura de derivação impressionista, com influência de Jozef Israëel e de Paul Cézanne (1839 - 1906). A partir de 1914, passou a interessar-se pelo expressionismo, desenvolvendo-se plenamente nessa estética em 1917. Em 1919, em Dresden, fundou com Otto Dix (1891 - 1969), Conrad Felixmüller (1897 - 1977), Otto Lange (1879 - 1944) e outros, o Dresdner Sezession Gruppe 1919, grupo que agregava artistas expressionistas da cidade. Em 1921, publicou o álbum de litografias *Bübüe* e, em 1922, o *Erinnerung an Wilna - 1917* com águas-fortes. Em 1923, voltou ao Brasil, e fixou residência em São Paulo, adquirindo nacionalidade brasileira. Na capital paulista, Lasar Segall foi destaque no cenário da arte moderna, considerado um representante das vanguardas europeias. No ano seguinte, executou decoração para o Baile Futurista do Automóvel Clube e para o Pavilhão Modernista de Olívia Guedes Penteadó (1872 - 1934). Foi um dos fundadores da Sociedade Pró-Arte Moderna – SPAM, em 1932, da qual se tornou diretor até 1935.

Fontes:

A Gravura de Lasar Segall (1988). Museu Lasar Segall; Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-memória, São Paulo.

Segall, L. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2419

Lucílio de Albuquerque (1877-1939)

O pintor Lucílio de Albuquerque nasceu na cidade de Barras no Piauí. Entrou para a Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1886. Casou-se com a Pintora Georgina de Albuquerque e, em 1906, eles se mudaram para Paris e permaneceram por cinco anos. Em 1911, retornou ao Rio de Janeiro juntamente com sua esposa. Lucílio de Albuquerque praticou todos os gêneros de pintura, entretanto destacou-se como retratista e paisagista, tendo sido, entre os pintores de sua geração, um dos mais dedicados cultores do gênero da pintura histórica. Projetou os vitrais para o Pavilhão Brasileiro na Exposição Internacional de Turim em 1911 e realizou diversas pinturas de caráter decorativo, como aquelas para as salas da Maioria e da Minoria, no atual Palácio Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro. Lucílio expôs em diversos estados brasileiros (São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife) e no exterior (Argentina, Estados Unidos).

Fontes:

Albuquerque, L. de. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_la.htm

Albuquerque, L. de. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2505&cd_item=1&cd_idioma=28555

Pedro Bruno (1888 – 1949)

Pedro Bruno nasceu na Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro. Além de pintor, era escultor e paisagista. Em 1905, mudou-se para Itália, permanecendo por cinco anos. Ao retornar ao Brasil, dedicou-se à pintura de sua terra natal, a Ilha de Paquetá foi fonte de inspiração de muitas de suas obras. Estudou na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 1919, retornou para Itália, permanecendo por dois anos. De volta ao Brasil, realizou diversas exposições individuais no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, e voltou a participar das Exposições Gerais, onde conquistou a Medalha de Ouro (1925) e a Medalha de Honra (1943). Pedro Bruno foi um entusiasmado promotor das artes e defensor das belezas de sua ilha natal, Paquetá, tendo fundado, junto com Hermes Fontes, a Liga Artística local. A tela intitulada *Pátria* é uma das mais famosas de suas obras. Este quadro pertence ao Museu da República, no Rio de Janeiro, e figurou no verso da nota de duzentos mil cruzeiros do antigo dinheiro brasileiro.

Fontes:

Bruno, P. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de <http://telecartofilistas.blogspot.com/2007/08/arte-e-o-artista-do-carto-ptria-da-srie.html>

Bruno, P. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de http://www.memoriapaquetaense.hpg.ig.com.br/pedro_bruno.htm

Bruno, P. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de <http://www.pintoresdorio.com/index.php?area=artistas&artista=19>

Quirino Campofiorito (1902 – 1993)

O pintor Quirino Campofiorito nasceu em Belém, capital do Estado do Pará. Além de pintor, foi desenhista, gravador, crítico e historiador da arte, ilustrador, caricaturista e professor. Em 1920, entrou para a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Viajou para Paris em 1930, após ter recebido o prêmio de viagem da Escola Nacional de Belas Artes, acompanhado de sua esposa, a pintora Hilda Campofiorito (1901-1997). Estudou com Eugène Robert Pougheon, na Académie Julian, e com Charles Blanc, na Académie de la Grand Chaumière. De volta ao Brasil, Quirino Campofiorito tornou-se um importante crítico de arte e professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Entre 1961 e 1963, integrou a Comissão Nacional de Belas Artes. Ganhou o título de professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1981. É autor, entre outros, do livro *História da Pintura Brasileira no Século XIX*, lançado pelas Edições Pinakothek em 1983, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro. As obras iniciais de Quirino Campofiorito revelam preocupação com questões sociais, como o cotidiano dos trabalhadores. Também pintou cenas urbanas, Figuras e naturezas-mortas, que se destacam pelas composições despojadas e líricas.

Fontes:

Campofiorito, Q. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de http://www.salaodearte.com.br/2009/portugues/sala_especial.htm

Campofiorito, Q. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3083&cd_idioma=28555

Roberto Fantuzzi (1886 – s/d.)

Pintor nascido na Itália. Pouco ou quase nada encontramos de registro deste pintor. Em 1998, dois médicos realizaram uma pesquisa intitulada *Médicos presentes en grupos pictóricos en Caracas*, e, de fato, depararam-se com a escassez de dados a respeito da biografia de Roberto Fantuzzi. No entanto, não poderiam dizer o mesmo a respeito de suas obras, visto que, após

um levantamento, foram encontradas dezessete obras do pintor, todas elas retratando Figuras e situações médicas em Caracas. No Brasil, algumas obras do pintor Roberto Fantuzzi estão expostas no Museu e na biblioteca da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Dentre elas, destacamos a tela que retrata o médico brasileiro oftalmologista José Antônio de Abreu Filho realizando uma cirurgia, e a pintura do acadêmico, também brasileiro, Fernando de Magalhães em aula prática de obstetrícia, ambas datadas de 1931.

Fontes:

Fantuzzi, R. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de <http://www.cbo.com.br/publicacoes/jotazero/ed97/35-37.pdf>
 Rivas, F. P. & Izquierdo, F. P. (1998). Médicos presentes en grupos pictóricos en Caracas. *Grac. Méd.*, Caracas, 106, (3), pp. 394-398. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de [www.anm.org.ve/.../1998/.../16.%20Plaza%20V%20\(394-398\).pdf](http://www.anm.org.ve/.../1998/.../16.%20Plaza%20V%20(394-398).pdf).

Tarsila do Amaral (1886 – 1973)

Tarsila do Amaral nasceu em Capivari, interior do Estado de São Paulo. Em 1920, foi estudar em Paris na Académie Julien e com Émile Renard, permanecendo por dois anos. Ao retornar ao Brasil, ingressou no grupo modernista e fez parte do grupo dos cinco, ao lado de Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Mario de Andrade e Menotti Del Picchia. Segundo Tarsila, foi nesse período, em São Paulo, que entrou em contato com a arte moderna, já que antes seus estudos eram mais academicistas. Em 1928, pintou a tela *Abaporu*, que inspiraria o movimento antropofágico, importante movimento cultural da década de 1930, vinculado ao modernismo e encabeçado por Oswald de Andrade. Em 1933, após viagem à União Soviética, iniciou uma fase voltada para temas sociais, com as obras intituladas *Operários* e *2ª Classe*.

Fontes:

Amaral, T. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de http://www.tarsiladoamaral.com.br/biografia_resumida.html.

Yolanda Mohalyi (1909 – 1978)

Yolanda Lederer Mohalyi nasceu em Kolozsvár, capital da Transilvânia, na Hungria. Coursou a Real Academia de Belas Artes de Budapeste e estudou pintura na Escola Livre de Nagygyanja. Veio para o Brasil aos 22 anos de idade, fixando-se em São Paulo. Em 1935, estudou pintura com Lasar Segall. Por volta de 1937, integrou o Grupo dos Sete, ao lado de Brecheret, Antonio Gomide e Elisabeth Nobile, entre outros. Em 1951, realizou suas primeiras xilogravuras, com Hansen Bahia. Em 1958, recebeu o Prêmio Leirner de Arte

Contemporânea. Entre as décadas de 1950 e 1960, executou vitrais para a Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e murais para as igrejas de Cristo Operário e de São Domingos, além de mosaicos para residências particulares. Em 1962, lecionou no Curso de Desenho e Plástica da FAAP. Nesse ano também, a artista representou o Brasil na 1ª Bienal Americana de Arte, na Argentina, tendo alguns de seus trabalhos escolhidos pelo crítico Sir Herbert Read para uma exposição itinerante nos Estados Unidos. A obra de Yolanda Mohalyi passa basicamente por três fases: inicialmente, uma fase Figurativa; depois, uma fase intermediária, na qual a representação da Figura é levemente abstraída; finalmente, uma fase propriamente abstrata.

Fonte:

Mohalyi, Y. Recuperado em 22 de dezembro de 2010 de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=365&cd_item=1&cd_idioma=28555